



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ALEX CARVALHO MOREIRA

“ONDE ESTÁ MEU EMPREGO?”
UMA ANÁLISE DO PRONATEC, SOB A ÓTICA DA EMPREGABILIDADE DOS
EGRESSOS, OFERTADO PELO IFPE - CAMPUS IGARASSU/PE

RECIFE
2020

ALEX CARVALHO MOREIRA

“ONDE ESTÁ MEU EMPREGO?”

**UMA ANÁLISE DO PRONATEC, SOB A ÓTICA DA EMPREGABILIDADE DOS
EGRESSOS, OFERTADO PELO IFPE - CAMPUS IGARASSU/PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de Concentração: Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto

RECIFE
2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

- M838o Moreira, Alex carvalho.
“Onde está meu emprego?” Uma análise do PRONATEC, sob a ótica da empregabilidade dos egressos, ofertado pelo IFPE - campus Igarassu - PE / Alex Carvalho Moreira. - 2020.
103 f. : il.; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto.
Dissertação (mestrado profissional em políticas públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Recife, 2020.
Inclui referências e apêndices.
1. Ciência política. 2. Trabalho - Renda. 3. PRONATEC. 4. Técnico - Emprego. 5. Mercado de trabalho. 6. Aprendizagem industrial – Educação cooperativa. I. Gama Neto, Ricardo Borges (Orientador). II. Título.

320.6 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-163)

ALEX CARVALHO MOREIRA

“ONDE ESTÁ MEU EMPREGO?”

**UMA ANÁLISE DO PRONATEC, SOB A ÓTICA DA EMPREGABILIDADE DOS
EGRESSOS, OFERTADO PELO IFPE - CAMPUS IGARASSU/PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em 05 de junho de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Profº Dr.Ricardo Borges Gama Neto (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº Dr.Arthur Leandro Alves Da Silva (Avaliador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº Dr.José Mário Wanderley Gomes (Avaliador Externo)
Universidade Católica de Pernambuco

É com muita alegria e gratidão que dedico este trabalho, à Deus por ter sempre me guiado pelos melhores caminhos e iluminado minha vida, dando-me forças para superar os obstáculos e fazendo-me cada vez mais forte e capaz; ao meu pai, Hélio Moreira, pelos ensinamentos, a educação e a motivação em busca dos estudos como forma de vencer na vida; à Nathalie, pelo sentimento, atenção e força nos momentos em que mais precisei. E, finalmente, à minha mãe Silvia Carvalho (*In memoriam*), pelo afeto, carinho, cuidado e por me mostrar o real significado da palavra amor. Minha mãe, esse trabalho é em sua homenagem!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, curso Mestrado Profissional em Políticas Públicas - MPPP, por proporcionar a oportunidade de ampliar o conhecimento e formação acadêmica, além de incentivar a prática da reflexão como cidadão.

Aos colegas do MPPP pela oportunidade de juntos, desfrutarmos momentos de sabedoria e companheirismo, em especial aos amigos Francisco Ângelo e Fagner.

Ao IFPE por incentivar e oportunizar a qualificação de seus servidores, realizando convênios com diversas instituições, neste caso com a UFPE, visando cada vez mais capacitar e qualificar o seu corpo de servidores administrativos e docentes, para o bom desempenho de suas funções.

Ao Professor Dr. Ricardo Borges, meu orientador, pela atenção, compreensão e significativas orientações durante a realização desta pesquisa.

Aos professores do programa MPPP que contribuíram de forma valiosa para a construção de todo o conhecimento, e em especial ao coordenador do programa o Prof. Erinaldo Carmo, pela paciência de sempre e pelos momentos de aprendizado.

Aos meus queridos amigos e colegas de trabalho do IFPE Campus Igarassu, que muito me incentivaram para concluir este trabalho.

“Sucesso significa realizar seus próprios sonhos, cantar sua própria canção, dançar sua própria dança, criar do seu coração e apreciar a jornada, confiando que não importa o que aconteça, tudo ficará bem. Criar sua própria aventura!”

(Lindquist apud Lopes, p.112, 2009)

RESUMO

Em 2011, através da Lei Nº 12.513, foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, com o intuito de garantir o acesso das classes menos favorecidas ao conhecimento, buscando atender às necessidades do mercado de trabalho e, conseqüentemente, desejando mitigar as desigualdades sociais presentes no país. Dessa forma, o IFPE campus Igarassu passou a ofertar, a partir de 2014, cursos do PRONATEC objetivando o desenvolvimento socioeconômico da região. Entretanto, ao longo desses anos, o campus não realizou/realiza um acompanhamento dos seus egressos na perspectiva de confirmar se os objetivos propostos pelo programa estão sendo alcançados, no que tange à ocupação de vagas no mercado de trabalho. Sendo assim, esta pesquisa buscou analisar o PRONATEC, ofertado pelo IFPE Igarassu, sob a ótica da empregabilidade dos seus egressos. Tal pesquisa foi desenvolvida utilizando a metodologia exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, sendo a coleta de dados realizada através de entrevistas com egressos dos cursos ofertados entre os anos de 2014 e 2018 no campus Igarassu. Analisando as entrevistas, percebeu-se grande satisfação, por parte dos egressos, na realização dos cursos, sendo mencionado como pontos positivos o conhecimento dos professores, a didática, a equipe administrativa e o conteúdo programático. O ponto negativo principal citado foi a carga horária insuficiente dos cursos. Como considerações, sugere-se que sejam realizadas, por parte dos órgãos gestores, parcerias com empresas regionais visando a contratação destes profissionais recém qualificados. Além disso, recomenda-se realizar uma pesquisa com o enfoque na empregabilidade dos egressos dos cursos técnicos regulares do IFPE Campus Igarassu, desse modo será excluído o ponto negativo da carga horária insuficiente, podendo ser comparada a empregabilidade dos egressos de cursos FIC com a empregabilidade dos egressos de cursos regulares.

Palavras-chave: Políticas públicas. PRONATEC. Qualificação profissional. Empregabilidade. Educação profissional.

ABSTRACT

In 2011, through Law No. 12,513, the National Program for Access to Technical Education and Employment - PRONATEC was created, with the aim of guaranteeing the access of the less favored classes to knowledge, seeking to meet the needs of the labor market and, consequently, wishing to mitigate the social inequalities present in the country. As a result, the IFPE campus Igarassu started to offer PRONATEC courses in 2014, aiming at the socioeconomic development of the region. However, over the years, the campus has not monitored its graduates in order to confirm whether the objectives proposed by the program are being achieved, with regard to the occupation of vacancies in the labor market. Therefore, this research sought to analyze PRONATEC, offered by IFPE Igarassu, from the perspective of the employability of its graduates. Such research was developed using the exploratory and descriptive methodology, with a qualitative approach, and the data collection was carried out through interviews with graduates of the courses offered between the years 2014 and 2018 at the Igarassu campus. Analyzing the interviews, it was perceived great satisfaction, on the part of the graduates, in the realization of the courses, being mentioned as positive points the knowledge of the teachers, the didactics, the administrative team and the programmatic content. The main negative point mentioned was the insufficient workload of the courses. As considerations, it is suggested that partnerships with regional companies be made by the management bodies in order to hire these newly qualified professionals. In addition, it is recommended to carry out a research focusing on the employability of those graduating from regular technical courses at IFPE Campus Igarassu, thus the negative point of the insufficient workload will be excluded, and the employability of those graduating from FIC courses can be compared with the employability of students. graduates of regular courses.

Keywords: Policies public. PRONATEC. Professional qualification. Employability. Professional education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo de Políticas Públicas segundo Frey	22
Figura 2 – Beneficiários do PRONATEC	47
Figura 3 – Instituições e atores envolvidos na execução do PRONATEC	49
Figura 4 – Mapa do estado de Pernambuco com destaque para o município de Igarassu	55
Figura 5 – Sede provisória do IFPE Igarassu, 2020	56
Figura 6 – Etapas da análise de Conteúdo	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Dados do Produto Interno Bruto entre 2011 e 2018 no Brasil	34
Gráfico 2 –	Dados do Produto Interno Bruto entre 2011 e 2018 em Pernambuco	34
Gráfico 3 –	Linha de tendência da taxa de desemprego no Brasil, entre 2013 e 2019	35
Gráfico 4 –	Linha de tendência dos investimentos no PRONATEC, entre 2011 e 2019 (Em bilhões de reais)	51
Gráfico 5 –	Quais motivos que o (a) levaram a fazer um curso do PRONATEC?	68
Gráfico 6 –	O que significou ter feito um curso do PRONATEC?	72
Gráfico 7 –	Procurou trabalho na área que estudou após o término do curso?	78
Gráfico 8 –	O curso que você fez preparou para o mercado de trabalho?	81
Gráfico 9 –	O curso de alguma forma lhe incentivou a continuar estudando?	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Ofertas do Programa Intensivo de Mão de Obra (PIPMO)	40
Quadro 2 –	Público alvo Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR)	42
Quadro 3 –	Objetivo geral e objetivos específicos do Plano Nacional de Qualificação (PNQ)	43
Quadro 4 –	Objetivos do PRONATEC	46
Quadro 5 –	Modalidades de cursos do PRONATEC	46
Quadro 6 –	Categorias do Bolsa Formação	48
Quadro 7 –	Dados sobre a Educação Profissional em Pernambuco. Total IFPE e Campus Igarassu, 2018	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Número de pessoas desocupadas em Pernambuco, 2012 a 2018	36
Tabela 2 –	Investimento no Programa Nacional de Acesso ao Emprego e Ensino Técnico, entre 2011 e 2019	51
Tabela 3 –	Dados do Programa Nacional de Acesso ao Emprego e Ensino Técnico no Instituto Federal de Pernambuco, por campus, 2014 a 2018	57
Tabela 4 –	Investimento (em reais) Programa Nacional de Acesso ao Emprego e Ensino Técnico no Instituto Federal de Pernambuco, por campus, 2014 a 2018	58
Tabela 5 –	Cursos, matrículas e egressos do Programa Nacional de Acesso ao Emprego e Ensino Técnico no Instituto Federal de Pernambuco Campus Igarassu, 2014 a 2018	59
Tabela 6 –	Egressos entrevistados por curso oferecido pelo Instituto Federal de Pernambuco Campus Igarassu	65
Tabela 7 –	Perfil dos egressos entrevistados	66

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria Geral da União
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
EAD	Educação a Distância
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
E-SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério da Cidadania
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MPS	Ministério da Previdência Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTUR	Ministério do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Emprego e Ensino Técnico
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI	Serviço Social da Indústria
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	20
2.2	O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	21
2.2.1	Formação de agenda	22
2.2.2	Formulação de alternativas	23
2.2.3	Implementação	23
2.2.4	Monitoramento e avaliação	25
3	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	26
3.1	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	27
3.2	MAS AFINAL, O QUE É EMPREGABILIDADE	31
3.3	O CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2014 A 2018	33
4	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUALIFICAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO	37
4.1	DEFINIÇÃO	37
4.2	AS POLÍTICAS QUE ANTECEDERAM O PRONATEC	38
4.2.1	O Programa Intensivo de Mão de Obra – PIPMO (de 1963 a 1982)	39
4.2.2	O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR (de 1996 a 2002)	41
4.2.3	O Plano Nacional de Qualificação – PNQ (de 2003 a 2007)	43
5	O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC	45
5.1	O QUE É O PRONATEC E QUAIS SEUS OBJETIVOS	45
5.2	BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA	47
5.3	ATORES ENVOLVIDOS	48
5.4	A IMPORTANCIA DO PRONATEC	49
5.5	O PRONATEC EM NÚMEROS	50
6	ANÁLISE DO PRONATEC – IFPE CAMPUS IGARASSU	53
6.1	IFPE – FILOSOFIA INSTITUCIONAL	54
6.2	O IFPE IGARASSU	55
6.3	SUJEITOS DA PESQUISA	59

6.3.1	Perfil dos egressos	60
6.4	COLETA DE DADOS (PROCEDIMENTOS TÉCNICOS)	60
6.5	ANÁLISE DE DADOS	62
6.5.1	Conceito e procedimentos da análise de conteúdo	62
6.5.2	As dimensões de análise	63
6.6	QUESTÕES ÉTICAS	64
7	RESULTADOS	65
7.1	O QUE REVELAM OS DEPOIMENTOS CONFORME AS DIMENSÕES DE ANÁLISE	66
8	CONCLUSÃO, RECOMENDAÇÕES E PRODUTO TÉCNICO	86
	REFERÊNCIAS	89
	APÊNDICE	96
	APÊNDICE A	96
	APÊNDICE B	97

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação teve como objeto a análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, através da ótica da empregabilidade dos egressos qualificados no Programa ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco– IFPE campus Igarassu, entre os anos de 2014 a 2018. Realizou-se uma pesquisa de campo utilizando a metodologia exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, dada à natureza do objeto em questão. Procurou-se observar o perfil e as opiniões dos egressos, bem como a relação entre o PRONATEC e a empregabilidade dos sujeitos, aumentando o conhecimento sobre as possíveis relações entre o curso realizado e a inserção do estudante no mercado de trabalho.

O estudo de políticas públicas criadas com a finalidade de qualificar trabalhadores, estabelece importante campo de pesquisa para melhor compreender a relação entre educação e emprego. Neste caso, a análise do PRONATEC realizada, considera os seus beneficiários(o público alvo) como essência de toda essa discussão, investigando as possíveis contribuições do programa para verificar se a qualificação profissional oferecida proporciona a inserção no mercado de trabalho, atingindo então o seu objetivo.

O interesse pelo objeto de estudo iniciou-se com a abertura de cursos no IFPE Campus Igarassu, pelo PRONATEC a partir de 2014. Nesse período o autor da pesquisa atuou como docente em cursos como: auxiliar de recursos humanos, auxiliar de transporte, inspetor de qualidade, linguagem brasileira de sinais (libras), recepcionista em serviços de saúde e assistente administrativo, entre os anos de 2014 a 2018.

Da experiência de trabalho com o PRONATEC e do convívio com os discentes, nesse período, despertou-se o desejo pelo tema da educação profissional, especialmente nos objetivos propostos, quanto à empregabilidade, considerando esse programa governamental. Neste sentido, optou-se por apresentar o projeto de pesquisa com esse tema como parte do processo seletivo, no ano de 2017, para ingresso no Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

Em virtude da escassez de dados referentes a empregabilidade dos egressos do PRONATEC oferecido pelo IFPE campus Igarassu, tornou-se importante a análise sob esta ótica, a fim de verificar a efetividade do programa ofertado. A realização deste tipo de estudo é fundamental para análise de como vem sendo desenvolvidas as políticas públicas, visando o fortalecimento da educação e qualificação profissional de jovens e adultos.

Esta pesquisa buscou conhecer a opinião dos egressos, população contemplada com os benefícios dessa política pública, que advêm das classes sociais menos favorecidas e que sofrem com as desigualdades sociais e o desemprego. Além disso, o estudo em questão pode se tornar uma importante ferramenta para todos os envolvidos, o seu público-alvo, governo, gestores públicos e população como um todo.

Nesse sentido, a relevância social deste estudo está em saber se o Programa tem se mostrado eficaz na sua proposta. Isso implica a análise da viabilidade ou não de investimentos públicos em Educação Profissional através dos cursos de Formação Inicial Continuada - FIC, como os ofertados pelo PRONATEC na cidade de Igarassu, e considerar os seus resultados, visando responder à sociedade se o Programa tem proporcionado melhores condições de vida ao seu público alvo.

Entre os objetivos desta pesquisa, procurou-se conhecer os motivos que levaram os egressos a se matricularem nos cursos do PRONATEC e suas opiniões, positivas ou negativas, após a realização do Programa. Além disso, foi igualmente importante verificar se os egressos encontram-se trabalhando na área de formação do curso que concluíram e, se não, quais os motivos, bem como identificar se a qualificação obtida através do PRONATEC alcançou algum outro aspecto (social, financeiro, autoestima).

Em relação à hipótese, acredita-se que o objeto de estudo desta pesquisa sofreu influência direta em virtude do momento econômico vivenciado no país, uma vez que a recessão econômica ocasiona redução na oferta de postos de trabalho. Com isso, os egressos do programa podem ter encontrado dificuldades para ingresso no mercado de trabalho.

Como conclusão notou-se, através das entrevistas, que quase a totalidade dos sujeitos pesquisados procurou emprego na área em que foram qualificados, mas não obtiveram sucesso. Muitos alegaram que a crise econômica influenciou na não obtenção do emprego, como também a falta de experiência ou ainda a idade, seja ela baixa ou elevada. Com relação à economia, ratifica-se neste trabalho que a mesma apresentou números de recessão no período da pesquisa, conforme demonstrado através do Produto Interno Bruto – PIB e da taxa de desemprego, corroborando com a hipótese e a opinião dos egressos de que o cenário econômico não contribuiu para a empregabilidade dos mesmos.

A introdução compreende a primeira parte deste trabalho e possui os objetivos, justificativas e a hipótese da pesquisa. Posteriormente, no primeiro capítulo, será apresentado o referencial teórico, onde são abordados os conceitos sobre políticas públicas, além de

explicar sobre as fases do ciclo de políticas públicas, onde faz parte a fase de “monitoramento e avaliação”, foco deste trabalho. Nesta fase do ciclo, avalia-se a eficiência e eficácia de uma ação governamental, identificando seus efeitos, acertos e erros. Fase importante para que as instituições e o governo legitimem a legalidade de suas decisões e dos seus resultados. Esse processo mede a utilidade e o benefício da intervenção pública em um determinado problema através de procedimentos de investigação social e técnicas de análise objetivas.

O segundo capítulo aborda a educação profissional, apresentando um breve histórico desde sua criação até os tempos atuais. Posteriormente, é apresentado o conceito de empregabilidade ligado a educação profissional e o cenário econômico durante os anos da pesquisa. O terceiro capítulo aborda as políticas de qualificação profissional que antecederam o PRONATEC, seguido pelo quarto capítulo que apresenta o PRONATEC de forma mais ampla.

O quinto capítulo descreve a metodologia utilizada no trabalho, relatando o desenho de estudo, as técnicas de pesquisa para levantamento de dados, o locus da pesquisa, os sujeitos pesquisados, as dimensões de análise e as questões éticas. No sexto capítulo foi realizada a análise dos dados obtidos através das entrevistas. Em seguida, o sétimo e último capítulo versa sobre as conclusões da pesquisa, o produto técnico e as recomendações para futuros trabalhos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas, também chamadas de “*policies*”, advêm da atividade política que se dedica à tentativa de atender demandas da sociedade, assim como aquelas requisições desenvolvidas pelos próprios agentes que compõe o sistema público. Sendo assim, “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores” (RUA, 1998, p.1).

Vários autores definem política pública, mas não há uma definição exata para tal. Lynn (1980) acredita que é conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Dye (1984) resume sendo “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Peters (1986) define como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Segundo Mead (1995), política pública é o estudo que analisa o governo perante grandes questões públicas. Já Laswell(1936), possui uma das definições mais conhecidas, considerando que as decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2003).

Levando-se em considerações as definições citadas acima, Souza (p.13, 2003) sintetiza políticas públicas como:

[...] Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

O conceito de políticas públicas desenvolvido por Azevedo (2003), considerando as compreensões de Dye (1984) e Lowi (1966), corrobora com as ideias de Souza (2003). Para Azevedo (2003), “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Ademais, para Gobert e Mullern (1987) apud Höfling (2001) entende-se por políticas públicas o “Estado em ação”; quando são elaboradas ações, através de projetos de governo, de programas voltados para setores específicos da sociedade.

Bonafont (2004) entende política pública como um “conjunto de ações que leva a cabo um governo para alcançar um objetivo em relação a um problema de conflito social”. A autora relaciona uma série de definições que vários estudiosos, a exemplo de Dye, Meny e Thoenig, Peters, dão à política pública e destaca que nelas o governo se configura como um elemento primordial, sem que se aborde políticas públicas sem sua participação.

Portanto, o ramo da política pública busca resumir teorias construídas tanto na área da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, com isso toda teoria da política pública necessita explicar as relações entre Estado, política, economia e sociedade. Além disso, pesquisadores de variadas áreas como: economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas possuem interesse comum na área fazendo com que avanços teóricos e empíricos sejam conquistados (SOUZA, 2006).

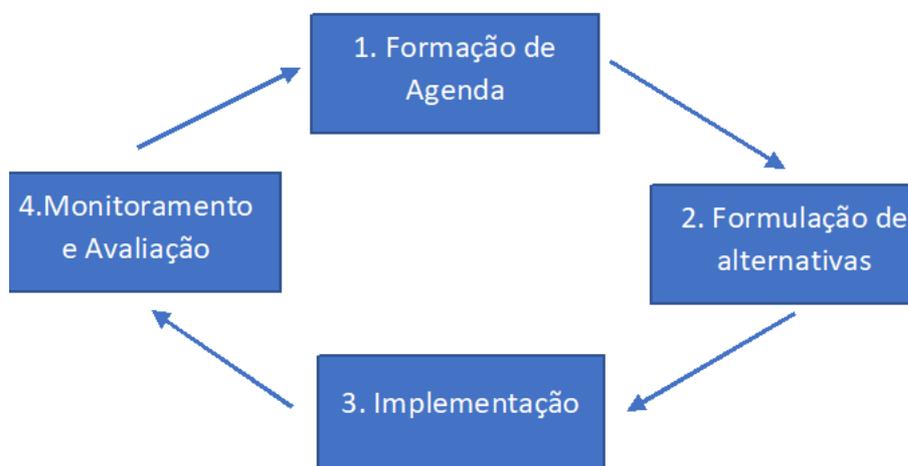
2.2 O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

É necessário, para esta pesquisa, discorrer sobre as etapas do ciclo das políticas públicas, visto que se pretende realizar uma análise de um programa governamental, neste caso, o PRONATEC. É importante considerar a formulação e os motivos para criação desta política, visando o entendimento referente à ideologia, seus objetivos e teorias implícitos ao programa analisado.

O processo de elaboração de uma política pública pode ser chamado de ciclo de políticas públicas, ou *polycycle*. De acordo com Celina Souza (p.30, 2006), “o ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação e seleção das opções, implementação e avaliação”. Souza (p. 79, 2006) acredita que os momentos das políticas públicas podem ser sintetizados da seguinte forma: “identificação do problema (onde estaria incluída a agenda), a formulação de soluções, a tomada de decisão, a implementação ou execução e avaliação”.

Existem outras versões que dispõem sobre a visualização do ciclo, porém o presente trabalho abordou um modelo composto por quatro fases: (1) formação de agenda, (2) formulação das alternativas, (3) implementação, (4) monitoramento e avaliação (FREY, 2000).

Figura 1 – Ciclo de Políticas Públicas segundo Frey



Fonte: autoria própria

2.2.1 Formação de agenda

A agenda é entendida como o assunto que passa a merecer atenção e que é colocado na pauta de discussão na arena política. Souza (p. 80,2006) lança algumas questões através de teóricos internacionais para refletir sobre como um determinado tema passa a ser interessante até se tornar uma política pública, destacando que a agenda é marcada por controvérsias, e, dessa maneira, é pertinente interrogar:

[...] como uma questão ou uma demanda torna-se foco de interesse na política? O que determina a agenda para controvérsia política na comunidade? Como a agenda é construída e quem participa da sua construção? E, já que a balança de forças sociais influenciaria ou controlaria o conteúdo da agenda política com vantagens para uma parte, como esta correlação poderia ser mudada e quais as consequências?

Para Kingdon (2006), a agenda governamental é uma lista de temas, filtradas dentro de um conjunto de alternativas, em que as autoridades se dedicam seriamente em algum momento. Para este autor, as respostas sobre o porquê alguns assuntos recebem mais atenção do que outros se concentram nos participantes e nos “processos”. Considera três dinâmicas de processos: problemas, política e políticas públicas. As autoridades podem tomar conhecimento dos problemas através de indicadores, eventos-foco e feedback. Os indicadores podem ser relevantes para observar uma alta magnitude de uma situação ou uma grande

mudança. Os eventos-foco chamam atenção para determinadas situações, como um desastre, uma crise etc. Já os feedbacks aos programas existentes podem se dar de modo formal ou não (KINGDON, 2006).

O fluxo da política é a segunda dinâmica e consiste no processo onde independente do reconhecimento do problema, desdobramentos na esfera política são capazes de formar a agenda, como quando há eleições e a entrada de um novo governo. Nesse momento há uma mudança na própria concepção do que seriam problemas (KINGDON, 2006).

O último fluxo, é o da política pública, parecida com um processo de seleção natural. A chamada sopa política primeva (*policyprimevalsoup*) que considera não haver uma linearidade, mas as ideias surgem desordenadamente, constituindo propostas alternativas que se combinam para gerar novas ideias (KINGDON, 2006).

Em Arretche (2001) encontra-se que as políticas públicas são concebidas, muitas vezes, sem considerar as demandas efetivas da população a qual se pretende atingir, isso gera um descompasso entre a concepção da política que esteve presente durante a agenda e as demais fases da política. A autora também chama atenção que isso precisa ser considerado para que se possa fazer uma avaliação “menos ingênuas”. Inclusive, essa questão remete à avaliação política de políticas públicas, haja vista ser necessário desvelar o que está por trás das decisões em não se realizar um estudo que alinhe a política proposta com as necessidades da população. Assim, entende-se por agenda esse momento em que determinado assunto está fomentando discussões que poderão passar ou não para a formulação de uma política.

2.2.2 Formulação de alternativas

Com a decisão de introduzir o problema na agenda, começa o trabalho para a definição de estratégias a fim de que o problema seja resolvido. Esta é a chamada fase de formulação de alternativas, que consiste exatamente no momento em que são construídos os parâmetros para as escolhas das ações. Para Azevedo (p.38, 2010), a formulação é uma fase de grande importância para implementação da política, pois é nela que “se definem os princípios e as concepções que fundamentam os conteúdos e os objetivos, as metas e os recursos, dentre outros aspectos”.

2.2.3 Implementação

A terceira fase do ciclo consiste na implementação da política pública. Conforme Rua (1998, p. 13) “[...] é entendida como o conjunto de ações realizadas por grupos ou indivíduos

de natureza pública ou privada, sendo direcionadas para a consecução de objetivos estabelecidos mediante decisões anteriores quanto a políticas”. Ou seja, compreende os procedimentos necessários para transportar uma política do papel para a prática, fazendo funcionar efetivamente.

Ainda sobre a implementação das políticas públicas pode-se recorrer ao que Draibe (2001) diz, para reforçar o entendimento anterior, que muito embora a dimensão política esteja mais ligada aos momentos de formulação, o processo de implementação também envolve processos de escolhas e preferências. Assim, Draibe (p. 27, 2001) identifica alguns momentos estratégicos da implementação que dizem respeito à “dimensão temporal; os atores estratégicos a serem mobilizados, nos diferentes estágios, para apoiar a implementação do programa; os subprocessos e estágios pelos quais se desenvolverá a implementação etc.”

Existem dois principais modelos estudados no campo da ciência política que discorrem sobre diferentes maneiras de realizar a implementação de políticas públicas, o modelo *Top-Down* e o *Bottom-Up*. O modelo *Top-Down* tem um enfoque para a “implementação programada”, no qual só é inaugurada, a partir de uma decisão do governo central. Assim sendo, a implementação não representa uma fase crítica ou preocupante para as lideranças, visto que ela foi previamente acordada, fazendo com que a atenção fique apenas com a formulação de políticas públicas (RUA; ROMANINI, 2013).

Já o modelo *Bottom-Up* surgiu a partir de questionamentos e críticas de estudiosos às propostas do modelo *Top-Down*. Discordaram da concepção de definição de política pública concentrada no topo da estrutura política e a declinar sobre o fato dos executores precisarem seguir minuciosamente seus objetivos. Desse modo, o *Bottom-Up*, segundo Rua e Romanini (p. 97, 2013):

[...]consiste em um conjunto de estratégias criadas pela burocracia de nível de rua para a resolução de problemas cotidianos. Nesse sentido, os burocratas de âmbito local são os principais atores na entrega dos produtos de uma política pública.

Ou seja, a *policy* seria composta por diversos atores espalhados pela base da sociedade, englobando atores da sociedade e a própria sociedade civil. Conforme Lipsky (1980) apud Rua e Romanini (2013), os burocratas locais dominam muito mais os problemas reais da população pelo fato de estarem mais próximos das realidades do que os tomadores de decisão que estão localizados no topo do sistema político. Assim, esses burocratas são chamados de “*streetlevelbureaucracy*”, em português, “burocratas de nível de rua”.

2.2.4 Monitoramento e avaliação

A última fase do *polycycle* é o monitoramento e avaliação. Segundo Mokate (2002) apud Rua e Romanini (p. 106, 2013) “A avaliação deve verificar o cumprimento dos objetivos e validar o valor social incorporado à consecução desses objetivos”. Outra definição de avaliação foi colocada por Rua e Romanini (p.110, 2013):

[...] exame sistemático de quaisquer intervenções planejadas na realidade, baseado em critérios explícitos e mediante procedimentos reconhecidos de coleta e análise de informação sobre seu conteúdo, sua estrutura, seu processo, seus produtos, sua qualidade, efeitos e/ou seus impactos.

Considerando a gestão das políticas públicas, a avaliação possui dimensão importante, no momento em que consegue auxiliar na identificação do problema, no diagnóstico e levantamento de demanda, no planejamento, na elaboração de intervenção, no acompanhamento de uma implementação e na incorporação de possíveis ajustes (RUA; ROMANINI, 2013).

Sendo assim, caso os objetivos do programa tenham sido almeçados, a avaliação pode levar ao fim do *polycycle*. Se não, deve-se iniciar um novo ciclo, com começo de uma nova fase de percepção e definição e a elaboração de um novo programa político ou modificação do programa anterior. Portanto, a fase da avaliação merece destaque, afinal ela é vital para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública (FREY, 2000).

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Constituição Federal – CF de 1988, no seu artigo 205, afirma que a educação é um direito de todos e é um dever do Estado provê-la, buscando o desenvolvimento do seu povo como cidadãos e profissionais. Aliás, é de responsabilidade da União a organização do sistema federal de ensino, ofertando a educação superior e a educação profissional. Ainda de acordo com o mesmo artigo, a qualificação para o trabalho é uma das finalidades da educação, levando ao “pleno desenvolvimento da pessoa” e ao “preparo para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1988).

No Brasil, atualmente, a estrutura do sistema educacional é definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n.º 9.394 de 1996, conhecida como LDB. O sistema educacional está organizado em duas áreas, a educação básica que é subdividida em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e a outra grande área é a educação superior, subdividida em graduação – técnico ou superior; e pós-graduação - *stricto sensu e lato sensu* (BRASIL, 1996).

A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios se organizam em regime de colaboração, para a oferta da educação. Os municípios devem atuar prioritariamente na oferta de ensino fundamental e na educação infantil. Já os estados e o Distrito Federal ofertam o ensino fundamental e o médio. Fica a cargo da União a coordenação financeira dos investimentos em educação no país, além da oferta da educação superior federal (BRASIL, 1988).

Até o ano de 2016 havia-se a obrigatoriedade de se investir em educação, anualmente, o mínimo de 18% da arrecadação obtida através de impostos (BRASIL, 1988). Isso foi alterado com a criação da Emenda Constitucional Nº 95, também chamada de Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, que instituiu um novo regime fiscal para vigorar por um período de 20 anos, valendo, portanto, até 2036. Essa Emenda Constitucional instituiu que as despesas e investimentos públicos ficam limitadas aos mesmos valores gastos no ano anterior, corrigidos pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2016).

A chamada educação profissional é estudada por muitos educadores que buscam identificar a relação entre a experiência do trabalho e a educação. Tais estudiosos acreditam que no trabalho, os homens criam e recriam sua própria existência (LUKÁCS,1978).

No Brasil, a LDB prevê a educação profissional como modalidade de ensino diretamente voltada à qualificação para o trabalho, embora não a única, visto que boa parte dos cursos de graduação existentes também qualificam para o mercado de trabalho. Além disso, o artigo nº 40 da mencionada lei, estabelece que a educação profissional deve ser “desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (BRASIL, 1996).

Segundo Oliveira (2000), a formação profissional e técnica está relacionada ao processo de capacitação do trabalhador visando o domínio das técnicas para cumprimento eficiente das atividades, podendo ser desempenhada tanto no setor produtivo ou no de serviços. Corroborando com Oliveira, Lima Filho (2010) ressalta que a educação profissional ou técnica possui como propósito a formação buscando a ocupação de vagas dentro da área produtiva, pelos trabalhadores qualificados.

Em se falando de importância, a educação profissional tem se mostrado essencial no cenário do mercado de trabalho brasileiro, cujo índice de desemprego apresenta-se gradativamente mais elevado, tornando a concorrência por uma vaga de emprego cada vez mais acirrada. O IBGE, divulgou recentemente que a taxa de desemprego atingiu 12% no trimestre de abril a junho de 2019, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD (IBGE, 2019).

3.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Grande parte dos países desenvolvidos, em algum momento valorizaram a formação de uma mão de obra qualificada para enfrentar os desafios demandados pela concorrência e pelo progresso técnico. Alguns desses países começaram a fazê-lo no final do século XVIII, mas foi no século seguinte que isso se difundiu (CASSIOLATO;GARCIA,2014).

O início da educação profissional no Brasil, advém da criação do Colégio das Fábricas, em 1809, pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI. Sendo assim, durante o século XIX foram criadas instituições voltadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação em ofícios, cujo público alvo eram as classes menos favorecidas. Desse modo, a educação

profissional no Brasil tem a sua origem dentro de um panorama assistencialista, no sentido de amparar as classes de menores condições sociais. (BRASIL, 1999a).

Já no início do século XX, no governo do presidente Nilo Peçanha, houve uma reorganização no intuito de mudar o caráter assistencialista para o da capacitação. Em virtude disso, em 1909, através do Decreto nº 7.566, criou-se as Escolas de Aprendizes Artífices, com 19 unidades espalhadas pelos estados da Federação, cujo público eram, também, pessoas mais humildes e de baixa renda. As Escolas de Aprendizes Artífices eram destinadas ao ensino profissional primário gratuito, sendo mantida pelo Governo Federal, e com o objetivo de formar mão de obra qualificada para atender a necessidade nacional de desenvolvimento econômico (BRASIL, 1909).

A Constituição brasileira de 1937 foi a primeira a tratar do ensino técnico, profissionalizante e industrial. O artigo nº 129, define que o ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é a principal responsabilidade do Estado quando se trata de educação (BRASIL, 1937a). A Lei nº 378/1937, de acordo com o artigo 37, transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, com objetivo de oferecer ensino profissional, em todas as áreas e graus (BRASIL, 1937b).

Por conseguinte, o Decreto nº 4.127, de 1942 transformou os Liceus Profissionais em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer formação profissional em nível correspondente ao do secundário, correlacionando ao ensino profissionalizante à estrutura do ensino do país como um todo (BRASIL, 1942).

No governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961, houve aproximação entre Estado e economia, onde a indústria de automóveis ganhou destaque na solidificação da indústria nacional. O Plano de Metas deste governo previa investimentos relevantes nas áreas de infraestrutura, sendo o setor de transporte um dos mais beneficiados. Contemplou-se, também, a educação, com o objetivo de formar profissionais orientados para as metas de crescimento do país (BRASIL, 2020a).

Seguindo o rearranjo da educação profissional, no ano de 1959 as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias federais adotando o nome de Escolas Técnicas Federais, recebendo autonomia pedagógica e administrativa. Desta maneira, o objetivo proposto era incentivar a formação de técnicos, que seriam mão de obra essencial em função do crescimento do processo de industrialização (BRASIL, 2020a).

Com a criação da LDB nº 5.692/1971 todo currículo do segundo grau tornou-se técnico-profissional, visando formar técnicos numa escala suficiente para suprir a demanda do mercado daquela época. Sendo assim, foram criados novos cursos técnicos para atender às exigências do mercado de trabalho e, conseqüentemente, houve um aumento no número de matrículas nas Escolas Técnicas Federais (BRASIL, 1971).

Com a Lei nº 6.545/1978, três Escolas Técnicas Federais, localizadas nos estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, popularmente conhecidos como CEFETs. Tal mudança concedeu a estes Centros a responsabilidade de formar engenheiros e tecnólogos para atender à necessidade industrial (BRASIL, 1978).

Em 1994, no governo Itamar Franco, as demais Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais também foram transformadas em CEFETs, através da Lei nº 8.948 que implementou o Sistema Nacional de Educação Tecnológica (BRASIL, 1994). Em 1997, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, regulamentou-se a educação profissional no país e cria-se o Programa de Expansão da Educação Profissional, ambos através do Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997a).

Em 2005, no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi publicada a Lei nº 11.195 que trata da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, através do qual foram construídos mais de 500 novos *campi*, entre 2003 e 2016, totalizando 644 em funcionamento por todo país (BRASIL, 2005).

Em 2007, é lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Tal investimento teve como objetivo abranger todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, em sintonia com as necessidades de desenvolvimento de cada região (BRASIL, 2020a).

Em 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892 que criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT, e ao mesmo tempo estabeleceu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs. Atualmente, 38 IFs estão presentes em todos os estados brasileiros, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados e pós-graduação (BRASIL, 2008).

De acordo com a Lei mencionada acima, os IFs possuem os seguintes objetivos:

- Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- Ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

A Rede Federal, como ficou conhecida, concebeu o início da diversificação, ampliação e interiorização da educação profissional e tecnológica no país. Além disso, ficou reconhecida pela qualidade do ensino oferecido, pela pluralidade de cursos e por sua significativa atuação perante à população e às organizações locais, trabalhando no sentido de fortalecer o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer (BRASIL, 2020a).

3.2 MAS AFINAL, O QUE É EMPREGABILIDADE?

Sem dúvida, um dos principais desafios da sociedade moderna é em relação ao termo empregabilidade, devido às constantes mudanças sociais, inclusive no mundo do trabalho. A velocidade de transformação no mercado de trabalho exerce forte impacto sobre os trabalhadores, exigindo cada vez mais novos conhecimentos e/ou atualizações destes profissionais.

Devido a essa nova realidade, caracterizada por transformações sucessivas, o termo "empregabilidade" passou a ser utilizado tanto por trabalhadores, empresários, mídia e nas políticas educacionais como um caminho para enfrentar as demandas que o mercado atual impõe (CAMPOS, 2006).

Segundo a Enciclopédia Wikipédia, empregabilidade é a capacidade do profissional se adequar às novas necessidades do mercado de trabalho. Com o advento da globalização, das inovações tecnológicas, da economia mais acirrada e da internacionalização do capital, surge a necessidade de acompanhar tais mudanças por parte das empresas e dos profissionais (WIKIPEDIA, 2019a).

Recentemente, o uso do termo empregabilidade se refere não mais às habilidades específicas de somente uma profissão, mas sim aos conhecimentos, habilidades e atitudes esperadas para todos os profissionais. Com isso, passou-se a tratar das habilidades de empregabilidade que podem ser importantes a uma variedade de profissionais e não somente aos de determinadas profissões, considerando-se empregabilidade, essencialmente, como a preparação para a busca de trabalho (MCLAUGHLIN, 1995).

Harvey 1999 (apud Morosini, 2001) afirma que, considerando o ensino superior, a empregabilidade é a probabilidade de o graduando apresentar atributos que os empregadores antecipem como necessários para o funcionamento efetivo de sua organização. Preparar para a empregabilidade exigirá proporcionar não apenas habilidades de emprego, mas sim o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva no processo de aprendizagem continuada (MOROSINI, 2001).

Para Campos et al., 2003, a empregabilidade é compreendida como competências e habilidades essenciais visando conquistar e manter um trabalho ou emprego, por parte dos profissionais. Além disso, também pode ser compreendida como as ações realizadas para desenvolver habilidades e conhecimentos favoráveis visando alcançar uma colocação no mercado de trabalho.

Oliveira (2003) menciona que o conceito de empregabilidade é formado a partir da estrutura econômica, caracterizada pela escassez de postos de trabalho resultando no aumento da competição entre os profissionais. De acordo com o autor, como forma de superação do desemprego, sob a ótica da empregabilidade, os indivíduos devem buscar habilidades e conhecimentos adequados aos interesses das organizações.

Nesse contexto, empregabilidade se apresenta como um mecanismo que retira do Estado e das organizações a responsabilidade por implementar medidas visando garantir, aos profissionais, condições para ingressar no mercado de trabalho. Esse conceito responsabiliza os indivíduos pela busca de estratégias e soluções capazes de inseri-los no mercado de trabalho, justificando o desemprego pela falta de preparação particular para acompanhar as mudanças existentes no mundo do trabalho (OLIVEIRA, 2003).

Complementando essa visão, Deitos (2006) afirma que o entendimento de empregabilidade e das competências se concentram no indivíduo, ou seja, para o trabalhador adquirir e manter a empregabilidade é necessário apresentar as competências essenciais exigidas pelo novo sistema produtivo. Com isso, os indivíduos são responsabilizados por adquirir as competências necessárias à sua inclusão no mercado de trabalho. Nessa lógica quem desejar ter um maior número de competências deverá buscá-las por conta própria.

Nesse sentido Frigotto (2001) aponta que há a tentativa de deslocar para os indivíduos aquilo que, até recentemente, era responsabilidade social: o emprego. Assim sendo, no conceito de empregabilidade está subentendido a ideia de que o indivíduo é responsável pela própria formação e obtenção de trabalho. Na opinião deste autor há uma violência ideológica nessa concepção, visto que pode induzir o indivíduo a acreditar que por sua falta de competência, não obteve êxito na conquista da vaga de trabalho (FRIGOTTO, 2001).

O conceito de empregabilidade está presente no debate contemporâneo em torno do desemprego e da reestruturação produtiva. De acordo com o mencionado anteriormente, existem debates sobre o seu entendimento, demandando-se estudos empíricos que fundamentem ou mesmo refutem a sua principal premissa, que é a ideia de que o incremento da qualificação profissional resultará em aumento da empregabilidade individual (BALASSIANO; SEABRA; LEMOS, 2005).

3.3 O CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2014 A 2018

A partir do ano 2000, existia uma perspectiva de crescimento econômico, no Brasil, devido à retomada dos investimentos, saldo comercial positivo e o aquecimento do consumo. Desta maneira, questionamentos sobre a reduzida oferta de mão de obra qualificada para ocupar as vagas de emprego, que conseqüentemente iriam surgir, vieram à tona. Nesse sentido, um tema recorrente era de qual seria o papel do Estado para garantir a disponibilidade de indivíduos qualificados em proporção suficiente para assegurar a manutenção nos níveis de crescimento econômico apresentados.

Nesse contexto, em 2011, o governo da presidenta Dilma Rousseff buscou aproveitar a economia aquecida e criou um conjunto de ações que, posteriormente, resultou no surgimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, considerado uma política pública de qualificação profissional (CASSIOLATO; GARCIA, 2014).

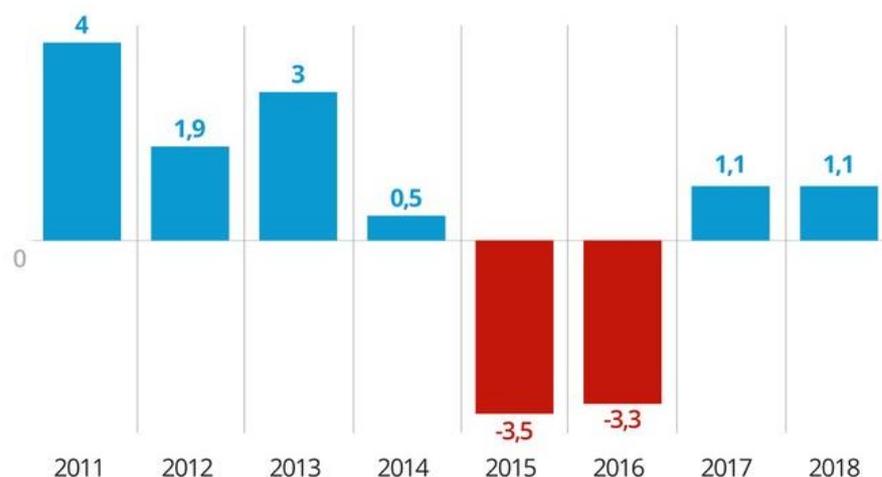
Porém, entre 2012 e 2018, o país apresentou o pior desempenho econômico da sua história. Um dos indicadores utilizados para medir o desempenho econômico de um país é o PIB – Produto Interno Bruto. Esse indicador é expresso pela soma, em moeda, de todos os bens e serviços finais produzidos por empresas nacionais ou estrangeiras em território nacional, em um país, estado ou cidade durante um período de tempo determinado: mês, trimestre, ano etc. O PIB considera apenas os bens e serviços finais com o intuito de evitar a dupla contagem (IBGE, 2020).

A partir do desempenho do PIB, é possível realizar diferentes análises como: traçar a sua evolução no tempo e seu desempenho ano a ano; fazer comparações internacionais acerca do tamanho das economias dos diversos países; analisar o PIB per capita (divisão do PIB pelo número de habitantes), que representa o quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais. Além disso, permite analisar quais setores da economia tiveram melhor desempenho com o objetivo de identificar fragilidades econômicas, bem como priorizar determinadas áreas para investimento (IBGE, 2020).

No gráfico 01, demonstra-se a variação percentual do PIB durante os anos de 2011 a 2018, no Brasil. Nota-se uma queda no índice a partir de 2011, atingindo números de recessão em 2014 a 2016. Recessão é um quadro econômico no qual um país apresenta queda no PIB por dois trimestres consecutivos. Esse ciclo de contração econômica começou no segundo trimestre de 2014 e estendeu-se até o fim de 2016. O mal desempenho da economia fez o PIB cair nominalmente 3,5% em 2015 e outros 3,3% em 2016. Durante onze trimestres seguidos, o

índice apresentou variação negativa, sendo uma das mais longas recessões já vividas. Em termos práticos, isso significou que o Brasil regrediu ao nível do terceiro trimestre de 2010.

Gráfico 1 – Dados do Produto Interno Bruto entre 2011 e 2018 no Brasil



Fonte: IBGE

Durante esses anos de recessão o desemprego apresentou taxas elevadas, o endividamento das famílias cresceu e o investimento na economia se retraiu. Acreditava-se que, após a crise, a retomada começaria a partir de 2017 e ganharia força nos anos seguintes. Mas a previsão não se confirmou.

Em relação a Pernambuco, o PIB acompanhou a tendência do Brasil. Nota-se, através do gráfico 02, a queda do índice a partir de 2011 chegando a alcançar patamares negativos em 2015 e 2016, com -4,2% e -2,9% respectivamente.

Gráfico 2 – Dados do Produto Interno Bruto entre 2011 e 2018 em Pernambuco



Fonte: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

Outro indicador importante para a economia e também para esta pesquisa é a taxa de desemprego no país. Esses dados são obtidos através da PNAD, realizada pelo IBGE. Como conceitos utilizados pela pesquisa, a chamada população economicamente ativa é uma parcela da população em idade ativa (14 anos ou mais), que representa a força de trabalho no país, podendo ser classificada em população ocupada e desocupada. A população ocupada é formada pelas pessoas que trabalharam durante o mês de referência da PNAD por pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio. Também fazem parte da população ocupada aquelas pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas durante o período da pesquisa (PNAD). Já a população desocupada é composta pelas pessoas sem trabalho, mas que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo durante o mês de referência da pesquisa. A taxa de desocupação ou taxa de desemprego é calculada pela proporção de pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

No gráfico 03, demonstra-se a linha de tendência da taxa de desemprego, durante os anos de 2013 a 2019. Percebe-se um crescimento ao longo dos anos, sendo inversamente proporcional à taxa do PIB demonstrada anteriormente, onde quanto menor o PIB maior a taxa de desemprego no país, corroborando com os dados apresentados no Gráfico 01.

Gráfico 3 – Linha de tendência da taxa de desemprego no Brasil, entre 2013 e 2019



Fonte: PNAD

Agora considerando o número de pessoas desocupadas no estado de Pernambuco, demonstrado através da tabela 01, nota-se que o número de pessoas desocupadas apresentou crescimento a partir de 2014 até 2018, sendo inversamente proporcional ao PIB.

Tabela 1 – Número de pessoas desocupadas em Pernambuco, 2012 a 2018

Ano	Pessoas Desocupadas (mil)
2012	351,75
2013	345,75
2014	320,5
2015	402
2016	587,75
2017	719,5
2018	699,75

Fonte: PNAD

Portanto, de acordo com os indicadores expostos, observa-se que durante os anos estudados a economia brasileira apresentou índices negativos, no PIB, e números elevados na taxa de desemprego, o que pode ter influenciado direta ou indiretamente a empregabilidade dos egressos formados através de políticas públicas, como a exemplo do PRONATEC.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUALIFICAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

A qualificação profissional não é capaz de gerar emprego por si só, entretanto ela está, fundamentalmente, ligada às condições de trabalho tornando-se essencial para o ingresso, permanência ou saída do funcionário no mercado de trabalho (LIMA, 2007 *apud* MENDONÇA, 2008).

4.1 DEFINIÇÃO

Para Gallindo, Feres e Schroeder (p. 22, 2015), o Estado tem papel fundamental na implantação de políticas públicas que contemplem as questões relativas à educação e ao trabalho:

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho e da produção, assim como o desenvolvimento científico e tecnológico, tornam cada vez mais premente a elevação dos níveis de escolaridade, bem como a qualificação profissional. Diante desse quadro, o Estado tem o importante papel de formular e implantar políticas públicas voltadas à equalização das oportunidades de educação e trabalho, de modo a assegurar os direitos sociais e humanos, tendo em vista o exercício da cidadania.(GALLINDO; FERES; SCHROEDER, 2015, p. 22).

De acordo com Negromonte (2011), as políticas direcionadas ao mercado de trabalho possuem objetivos que visam assegurar benefícios aos trabalhadores em situação de desemprego, auxiliar o funcionamento do mercado e dar suporte ao trabalhador a ocupar uma nova posição.

Já Moretto (2007) aponta que as políticas de mercado de trabalho são capazes de contribuir para a diminuição do nível de desemprego, no entanto essa redução depende de quão está a economia no país, fator externo ao mercado de trabalho. A efetividade dessas políticas é comprometida por sua alta dependência às políticas de emprego. Sendo assim, caso um país não possua um nível econômico satisfatório que leve ao desenvolvimento possibilitando tanto a geração de novas vagas de emprego, quanto à inclusão social será extremamente complexo minimizar as taxas elevadas de desemprego daquela nação.

Com isso, percebe-se a estreita relação entre as políticas de mercado de trabalho e as políticas de emprego, como aponta Ramos (p. 26, 2003):

Nesse sentido, as Políticas de Mercado de Trabalho supõem, implicitamente, que os problemas do desemprego estão gerados no mercado de trabalho. Em outros termos,

existem vagas, mas, por algum motivo, as mesmas não são preenchidas e/ou o tempo requerido para serem ocupadas é longo, gerando desemprego. Se não existem vagas, a potencialidade das Políticas de Mercado de Trabalho em diminuir o desemprego será reduzida dramaticamente.

Ainda segundo Ramos (p.182003) a qualificação profissional, tema deste trabalho, “[...] é uma política de mercado de trabalho dado que se parte da suposição que ao elevar a qualificação ou formação de um indivíduo aumentam suas chances de encontrar emprego ou de não perder o que já possui”.

Segundo Castioni (2011)(apud Dias, 2017), em 2007, ressurgiu, com muita ênfase, o debate sobre a qualificação dos brasileiros, visto que os indicadores do PIB pareciam anunciar a consistência do crescimento econômico. Conforme o autor, pesquisas conjunturais estimularam a discussão sobre a falta de mão de obra para fazer frente aos novos desafios do país.

Alinhados com o autor, Barbosa Filho, Porto e Delfino (2015) (apud Dias, 2017) afirmam que, desde 2006, determinados setores econômicos indicavam a escassez de trabalhadores com as qualificações necessárias para o desempenho das respectivas atividades. Vale ressaltar que não é a primeira vez que esse tipo de escassez ocorre, lembrando da década de 90, quando por conta da privatização do setor de telefonia e sua conseqüente popularização, acabou ocorrendo a falta de engenheiros e técnicos em telecomunicações, obrigando às empresas brasileiras a importar profissionais desta área.

Já na época de criação do PRONATEC, o desemprego começou a cair, e a formalização das relações de trabalho, com carteira assinada, crescia de forma contínua. Com isso, as empresas passaram a pressionar o governo para liberar a importação de trabalhadores técnicos (especializados) e profissionais graduados, entrando em choque com o movimento sindical, que estava preocupado com a perda dos melhores cargos para os estrangeiros. Nesse contexto, o PRONATEC é formulado com a intenção de reduzir a escassez de trabalhadores qualificados (DIAS, 2017).

4.2AS POLÍTICAS QUE ANTECEDERAM O PRONATEC

Para compreender melhor o PRONATEC, é necessário conhecer as políticas de qualificação profissional que a antecedeu. Sendo assim, a partir desse momento, apresenta-se uma síntese dos principais programas: o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra

(PIPMO), o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

O PIPMO foi a primeira política pública de qualificação profissional, criada no governo de João Goulart. Em seguida veio o PLANFOR criado no governo Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, o PNQ proposto pelo governo Lula. O PRONATEC surgiu, no governo Dilma Rousseff, como uma adaptação e atualização conjuntural dos modelos de qualificação profissional e empregabilidade existentes no país.

Kuenzer (2006) aponta que as tentativas de elaboração e implementação, no Brasil, de programas que visam unir a formação profissional com a geração de emprego, trabalho e renda não são novas, repetindo-se ao longo das últimas décadas. Houveram esforços significativos para pensar políticas públicas capazes de articular um projeto de qualificação profissional para os trabalhadores com o intuito de atender as demandas dos setores produtivos.

Conseqüentemente, essa busca por aproximar a qualificação profissional das necessidades do setor produtivo resultou na organização e criação dos programas citados aqui, ainda que pensados e realizados em períodos bastante diferentes e em épocas econômicas e políticas distintas (KUENZER, 2006).

4.2.1 O Programa Intensivo de Mão de Obra – PIPMO (de 1963 a 1982)

Com a promulgação da primeira LDB em 1961, os cursos técnicos foram inseridos no sistema regular de ensino. Foi a partir desse momento que as políticas destinadas à formação de trabalhadores no Brasil surgiram estrategicamente para suprir as demandas do processo de industrialização do país (BRASIL, 1961).

O PIPMO foi a primeira, criada em 1963, grande política pública de formação profissional empreendida pelo governo federal para atender as demandas da indústria, valendo-se da formação inicial e continuada por meio de cursos rápidos e intensivos. A realização desse programa se deu no contexto de vigência da ditadura empresarial-militar e no quadro do tecnicismo educacional e da tecnocracia como referência das políticas públicas (DOMINGUES, 2016).

O programa foi concebido no âmbito do governo de João Goularte executado durante a ditadura militar, até sua finalização em 1982. Foi primeiramente denominado de Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial, sendo criado através do Decreto nº

53.324/1963 (BRASIL, 1963). Depois fora transformado, através do decreto nº 70.882/1972, em Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra - PIPMO, estando vinculado ao Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1972).

Segundo Neves (p. 173, 2001), o PIPMO era uma das estratégias da “modernização desenvolvimentista dirigida pelo Estado”, que tinha o intuito de fornecer a mão de obra necessária para impulsionar a produção industrial que, no imaginário socioeconômico e político da época, dentre outros fatores, elevaria o Brasil a categoria de país desenvolvido (DOMINGUES, 2016).

Ademais, possuía o intuito de desenvolver a economia brasileira sob a ótica de adaptar a formação profissional oferecida às necessidades das empresas. Para isso, seria necessário a utilização das instalações das redes oficiais de ensino e das entidades que eram mantidas pelas empresas (COSTA NETO, 2016).

Segundo Manfredi (2002), a formação que o PIPMO oferecia era baseada nas principais atividades do Estado na década de 1970, como: servir ao grande empresariado brasileiro e a burguesia que se desenvolvia no país, em detrimento dos milhares de trabalhadores que eram “qualificados” em cursos com carga horárias compreendidas entre 20 e 100 horas dentro de uma perspectiva tecnicista que conseguisse suprir a força de trabalho de diversos setores da econômica e que durou por 19 anos (MANFREDI, 2002).

Nesta perspectiva, a relação existente do Estado com as empresas e a expectativa pelo desenvolvimento econômico, surgia de forma negativa na formação profissional da força de trabalho, visto que acelerava o processo de adaptação dos trabalhadores às novas demandas nas relações de produção (COSTA NETO, 2016).

Considerando às ações que visavam a formação, aperfeiçoamento e especialização da mão de obra industrial, destacavam-se como ofertas do PIPMO:

Quadro 1 – Ofertas do Programa Intensivo de Mão de Obra (PIPMO)

✓ Treinamento dentro das empresas industriais;
✓ Cursos intensivos ou regulares em escolas técnicas, industriais e de aprendizagem;
✓ Cursos por correspondência;
✓ Cursos volantes;
✓ Aprendizagem programada;
✓ Seminários, reuniões de estudo, levantamentos, pesquisas e trabalhos práticos.

Fonte: BRASIL, 1972

Considerando os objetivos centrais, o PIPMO era um programa que tinha a pretensão de atingir vários níveis de qualificação em todas as regiões do país. Era proposta para treinar um grande número de trabalhadores em um reduzido período de tempo. Foi criado com o objetivo de diminuir o tempo de adaptação do trabalhador às novas tecnologias e às novas relações de produção (DOMINGUES, 2016). Barradas (p. 40, 1986), afirmou que os objetivos do PIPMO eram:

[...] treinar os operários já empregados no sentido de adequá-los aos novos padrões tecnológicos, bem como aos novos padrões de comportamento decorrentes das novas tecnologias importadas; treinar novos operários no sentido de contar com uma reserva de mercado que possibilitasse maior poder de manipulação aos empresários.

O programa foi realizado a partir de parcerias, especialmente com os serviços nacionais de aprendizagem, as escolas técnicas, as universidades, as prefeituras, os sindicatos e também com as próprias indústrias. O governo federal disponibilizava os recursos e os parceiros formadores eram responsáveis pela execução do programa em cada Estado ou região do país (DOMINGUES, 2016).

Sobre a formação oferecida, ficava evidente que o objetivo era somente adequar a formação oferecida para funções no chão da fábrica que exigiam baixa qualificação (COSTA NETO, 2016).

4.2.2 O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR (de 1996 a 2002)

O PLANFOR foi criado em 1995, sendo implementado a partir de 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, como política de educação profissional. Tinha como objetivo principal qualificar ou requalificar a força de trabalho, especialmente os setores que tradicionalmente tiveram dificuldades para se qualificar: indivíduos de baixa escolaridade, afetados pela reestruturação produtiva e aqueles fora do mercado de trabalho formal. O PLANFOR buscou “atender a diversidade social, econômica e regional da PEA, superando o viés branco, masculino, urbano-industrial presente na oferta tradicional de formação” (BRASIL, 1999c, p. 8). Foi proposto não como simples programa de treinamento em massa, mas como estratégia de inclusão da educação profissional na pauta da Política Pública de Trabalho e Renda (BRASIL, 2000).

Como justificativa para criação do PLANFOR no âmbito do Sistema Público de Emprego, foram utilizados dados da PNAD, que evidenciou um total de 24 milhões de analfabetos efetivos ou funcionais (pessoas com menos de quatro anos de estudo) (IBGE, 1995). Com isso o PLANFOR surgiu com o objetivo de qualificar ou requalificar no mínimo 20,00% da População Economicamente Ativa (PEA), e assim contribuir com a redução do desemprego e subemprego, bem como com demissões e rotatividade dos profissionais, elevando assim, a renda, a competitividade e a produtividade dos indivíduos qualificados (BRASIL, 1997b).

Por conseguinte, o público-alvo do PLANFOR, para fins de aplicação dos recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, segundo o Guia do PLANFOR 1999-2002, eram prioritariamente:

Quadro 2 – Público alvo Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR)

PÚBLICO-ALVO PLANFOR
a) pessoas desocupadas, principalmente do seguro-desemprego e candidato a primeiro emprego;
b) pessoas sob risco de desocupação em decorrência do processo de modernização tecnológica, privatização, redefinições políticas econômicas e outras formas de reestruturação produtiva; - pequenos e microprodutores, principalmente pessoas beneficiárias de alternativas de créditos financiados pelo FAT (PROGER [Programa de Geração de Emprego e Renda], PRONAF [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar] e outros);
c) pessoas que trabalham em condição autônoma, por conta própria ou autogestionada, em atividades sujeitas a sazonalidades por motivos de restrição legal, clima, ciclo econômico e outros fatores que passam gerar instabilidades na ocupação e fluxo de renda.

Fonte: BRASIL, 1999

Caracterizava-se como um programa do Ministério do Trabalho de qualificação profissional para os trabalhadores desempregados, jovens e adultos no geral. A visão linear e a ligeira da transformação e colocação no mercado de trabalho enfatizada nos seus documentos oficiais conseguiu atrair para o PANFLOR diversos setores da sociedade (empresários, organizações não-governamentais e sindicatos) e compreendiam cursos, treinamentos, assessorias, oficinas que tinham um único objetivo central: mudar o perfil da força de trabalhobrasileiradeacordocomoprocessodereestruturaçãoprodutivaaliadaaampliação de novos fundamentos competitivos. (COSTA NETO, 2016).

A concepção de educação profissional que fundamentou o plano centrou-se na capacidade de aprendizagem contínua do trabalhador além do profissional multifunção, em conformidade com as atuais exigências do processo produtivo e tecnológico.

4.2.3 O Plano Nacional de Qualificação – PNQ (de 2003 a 2007)

Como parte integrante das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, o PNQ surge a partir da avaliação do PLANFOR, realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nos primeiros meses do governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Criado para articular diretrizes, procedimentos e ações de qualificação social e profissional, colocando-se como uma estratégia de integração das políticas de emprego, trabalho, renda, educação e desenvolvimento. Foi balizado nos mesmos princípios operacionais de descentralização e participação, reconhecendo a necessidade de mudanças no conteúdo e na forma de gestão, inclusive com a criação de novos mecanismos que visavam garantir maior controle público e operacional.

Foram considerados públicos prioritários para a oferta do programa (BRASIL, 2003, p. 12):

- Beneficiários do Programa Seguro-desemprego;
- Trabalhadores domésticos;
- Pessoas que trabalham em condição autônoma, por conta própria, cooperativada, associativa ou autogestionada;
- Trabalhadores/as em empresas afetadas por processos de modernização tecnológica, privatização, redefinições de política econômica e outras formas de reestruturação produtiva;
- Pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social; de ações afirmativas de combate à discriminação; de ações envolvendo segurança alimentar e de políticas de integração e desenvolvimento regional e local;
- Trabalhadores/as egressos do sistema penal e jovens submetidos a medidas socioeducativas, trabalhadores/as libertados/ as de regime de trabalho degradante análogo à escravidão e de familiares de egressos do trabalho infantil;
- Trabalhadores rurais e da pesca;
- Pessoas com deficiência.

Como objetivo geral e objetivos específicos, trazidos pela Resolução nº 333 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT (BRASIL, 2003):

Quadro 3 – Objetivo geral e objetivos específicos do Plano Nacional de Qualificação (PNQ)

Geral
Contribuir para a promoção da integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, além de promover, gradualmente, a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação.
Específicos
A formação integral – englobando os aspectos intelectuais, técnicos, culturais e cidadãos – dos trabalhadores
O aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente;
O envolvimento em processos de geração de trabalho e de renda para redução das taxas de desemprego e subemprego;
Elevação nos níveis de escolaridade dos trabalhadores, por intermédio da articulação com as Políticas Públicas de Educação.

Fonte: Brasil, 2003

Apesar de propor algo novo em termos de qualificação profissional, o PNQ basicamente reedita o PLANFOR, o que representa, segundo Cêa (p. 13, 2004), “[...] um elo de continuidade da política pública de qualificação profissional do Estado brasileiro como instrumento de regulação social que beneficia predominantemente o capital, em detrimento do trabalho”.

5 O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO–PRONATEC

O PRONATEC, instituído através da Lei nº 12.513/2011, oferece qualificação profissional de cursos técnicos e profissionais concomitante ao ensino médio público e subsequente. Possui como alguns dos objetivos principais expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio e cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores (BRASIL, 2011). Além disso, agrega a qualificação profissional à elevação da escolaridade, tornando-se um instrumento de desenvolvimento profissional, inclusão social, e promoção da cidadania (CASSIOLATO; GARCIA, 2014).

Foi implementado em 2012 com o intuito de atender à demanda por profissionais com qualificação para as diversas ocupações do mercado de trabalho. Além disso, visa à articulação do ensino regular básico com a formação profissional, sendo também uma tentativa de impulsionar os jovens, principalmente àqueles de classe social menos favorecida socioeconomicamente, a prosseguir nos estudos e se inserir no mercado de trabalho com uma qualificação profissional (BASSO, 2015).

A organização do programa demonstra uma estratégia de governo para aumentar as matrículas de ensino técnico no país integrando a qualificação profissional de trabalhadores com a elevação da sua escolaridade, constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão e de promoção do exercício da cidadania (AMORIM; MACUCH, 2018).

5.1 O QUE É O PRONATEC E QUAIS SEUS OBJETIVOS

No que se refere a políticas públicas de qualificação profissional, é importante estudar e analisar o PRONATEC, instituído no governo da então presidenta da República Dilma Rousseff. Criado para atender à demanda da sociedade referente a ampliação das oportunidades de formação profissional. O programa possui o intuito de assegurar maior sustentabilidade e proporcionar a continuidade das políticas públicas sociais desenvolvidas pelo governo brasileiro, ofertando bolsas em cursos presenciais de qualificação profissional ministrados em redes de ensino públicas ou privadas, sem abdicar do caráter assistencialista para os beneficiários do Programa (BRASIL, 2018).

O PRONATEC faz parte de uma estratégia de desenvolvimento “[...] que busca integrar a qualificação profissional de trabalhadores com a elevação de escolaridade, constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão social e produtiva e de promoção da cidadania”(CASSIOLATO; GARCIA,2014).

No artigo 1º da lei de sua criação, oPRONATECse propõe a “ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira” (BRASIL, 2011, p.1). São objetivos do Programa:

Quadro 4– Objetivos do PRONATEC

I – expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância, e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
II – fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
III – contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
IV – ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
V – estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;
VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

Fonte: BRASIL, 2011

O Quadro 5 descreve as duas modalidades predominantes decursos de educação profissional que se constituíram nas ofertadas peloPRONATEC. Temos os cursos de formação inicial continuada – FIC que possuem carga horária de no mínimo 160 horas e no máximo de 400 horas. Além disso, também podem ser oferecidos cursos técnicos com 800 a 1.200 horas.

Quadro 5 – Modalidades de cursos do PRONATEC

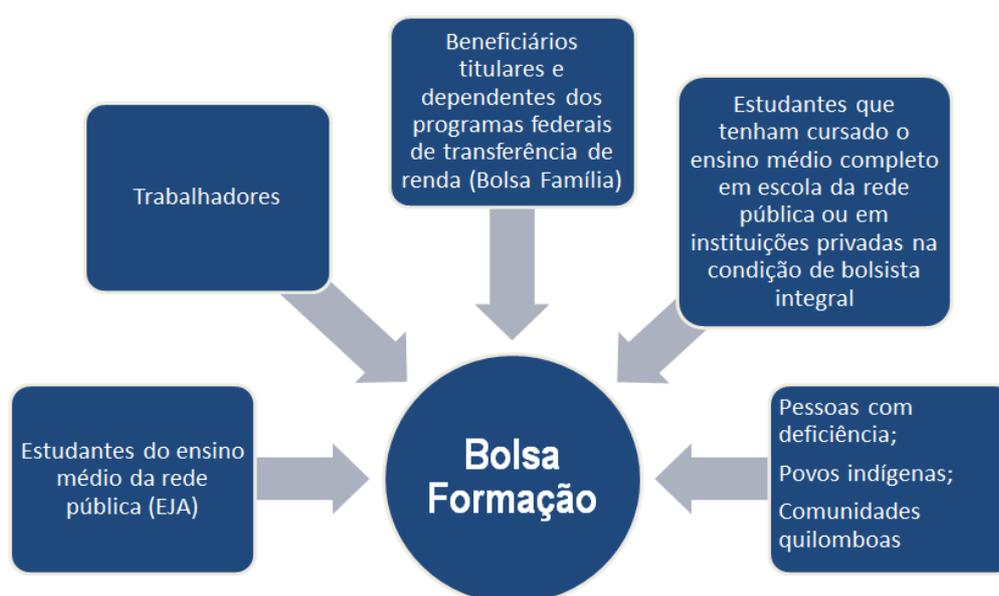
Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)	Cursos técnicos
Carga horária: 160h a 400h Duração: 3 a 6 meses	Carga horária: 800h a 1.200h Duração: 1 a 3 anos

Fonte: BRASIL, 2011

5.2 BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA

O art. 2º da Lei nº 12.513, de 2011, dispõe sobre o público prioritário de atendimento do PRONATEC. São prioritários da Bolsa-Formação os estudantes do ensino médio da rede pública de ensino, inclusive da educação de jovens e adultos, os trabalhadores, os beneficiários dos programas federais de transferência de renda, entre outros que atenderem a critérios previstos no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (BRASIL, 2011). As vagas que não ocupadas pelos públicos prioritários poderão ser preenchidas por outros públicos (BRASIL, 2018).

Figura 2 – Beneficiários do PRONATEC



Fonte: autoria própria

Uma novidade do PRONATEC foi a criação da Bolsa-Formação, onde a União financia os cursos presenciais para pessoas de diversos perfis, incluindo os alunos da Rede Pública Estadual. O Programa permite que a União financie o Curso, transporte, alimentação e materiais escolares a todos os beneficiários. Portanto, tem-se claro que o PRONATEC como Política Pública governamental, atende uma grande quantidade de pessoas que estão inseridas em outras secretarias como: Seguridade Social, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Assistência Social, entre outras (AMORIM; MACUCH, 2018).

A bolsa-formação, possui um valor de R\$ 10,00 hora-aula, e não visa à transferência de recursos ao aluno matriculado, mas sim à cobertura integral de despesas do estudante com o curso. Este valor pode ser na forma de auxílio financeiro, oferta direta de transporte e de refeição de qualidade.

Dois tipos de bolsas-formação podem ser concedidos aos alunos: a Bolsa-Formação Trabalhador, destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, em condições de vulnerabilidade social, para a realização de cursos FIC. Os cursos devem possuir no mínimo 160 horas-aula. A outra modalidade de concessão é a Bolsa-Formação Estudante destinada ao estudante regularmente matriculado no ensino médio público ou àquele que já tenha concluído o ensino médio, ofertada por meio de cursos técnicos de 800, 1.000 ou 1.200 horas-aula (CASSIOLATO; GARCIA,2014).

Quadro 6 – Categorias do Bolsa Formação

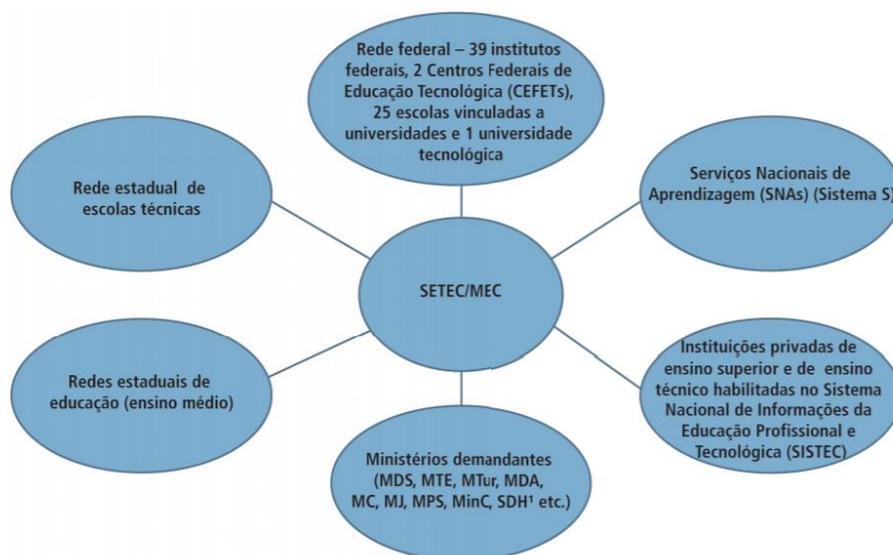
Bolsa Formação Estudante	Bolsa Formação Trabalhador
Destinada a alunos de: 1) cursos de educação profissional técnica de nível médio: a) na forma concomitante, paraestudantes em idade própria; b) na forma concomitante ou integrada, na modalidade Educação de Jovens e Adultos; c) na forma subsequente, para estudantes que concluíram o ensino médio; e 2) cursos de formação de professores em nível médio na modalidade normal.	Destinada aos trabalhadores em geral e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos FIC ou de qualificação profissional.

Fonte: BRASIL,2017b

5.3. ATORES ENVOLVIDOS

Os cursos são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também são ofertantes as instituições do Sistema S, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). A partir de 2013, as instituições privadas, habilitadas pelo Ministério da Educação (MEC), também passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa (BRASIL, 2020b).

Figura 3 - Instituições e atores envolvidos na execução do PRONATEC



Fonte: CASSIOLATO; GARCIA,2014.

É responsabilidade do MEC monitorar e avaliar a realização dos cursos; articular as redes de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), promover a interlocução destas com outros Ministérios e órgãos públicos; desenvolver, manter e atualizar o sistema informatizado para a gestão da Bolsa-Formação, denominado de Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC); organizar a oferta de cursos priorizando a demanda por formação profissional, com base nas especificidades expressas pelos parceiros demandantes (BRASIL, 2017a).

Além disso, o MEC planeja, fórmula, coordena e avalia a oferta da Bolsa Formação; coopera com os parceiros demandantes, garantindo apoio à sua articulação com as instituições ofertantes; realiza o processo de pactuação de vagas entre ofertantes e demandantes e aprova as vagas pactuadas, mediante prévia homologação (BRASIL, 2017a).

5.4 A IMPORTÂNCIA DO PRONATEC

Ao justificar a importância do PRONATEC, a presidente Dilma Rousseff ressaltou que “[...]o mundo hoje, ele está entrando num outro momento, é a chamada economia do conhecimento. Quanto mais estudo, melhor para o país.” Com a possibilidade de formação profissional, o Brasil está travando uma luta contra a desigualdade, porque “[...] de fato, vai

acabar completamente a miséria neste país, com a pobreza, por dois caminhos: educação e emprego” (BRASIL,2013).

O discurso de crescimento e desenvolvimento que chama para o combate do suposto “apagão educacional” esconde um processo de exclusão social que busca equacionar a falta de mão de obra qualificada por meio de soluções imediatistas nas quais se atacam o problema da quantidade em detrimento da qualidade. Nesse sentido, a qualificação profissional é posta como uma expressão da cidadania, da luta pelo aperfeiçoamento dos direitos, mas é essencialmente uma expressão da forma mercantil.

Pode-se observar que o PRONATEC tem em sua base legal a intenção de atendimento às minorias marginalizadas e, também, às pessoas em situação de risco social por conta do desemprego. Assim, o Decreto 7.721/2012 condiciona o recebimento de assistência financeira do Programa de Seguro Desemprego à comprovação de matrícula em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com a carga horária mínima de cento e sessenta horas (BRASIL, 2012).

O Programa reúne ações importantes no momento em que oportuniza qualificação profissional com o intuito de atender às necessidades de indivíduos, egressos do Ensino Médio ou concluintes do Ensino Fundamental, que necessitam de qualificação para inserção ou reinserção no mercado de trabalho(DOMINGUES,2017).

5.5 O PRONATEC EM NÚMEROS

Os dados oficiais, fornecidos pelo Governo Federal, acerca do PRONATEC contemplam apenas estatísticas sobre os valores investidos no programa, a quantidade de alunos matriculados e o quantitativo de egressos (SETUBAL, 2014).

Diante disso, um dos gargalos encontrados é a falta de informações a respeito da empregabilidade dos alunos capacitados (BRASIL, 2017a), um dos principais objetivos de criação do programa. Esta lacuna já era notada por especialistas, como é o caso da socióloga NecaSetubal (2014), ao afirmar que: “Estamos gastando bilhões no PRONATEC e não tem uma avaliação sobre isso, não tem um dado sobre como isso acontece”.

Comprovando o que afirmou a socióloga NecaSetubal, em relação aos valores investidos no programa, a Tabela 2 apresenta os investimentos feitos no PRONATEC pelo governo federal, desde a sua criação em 2011 até o ano de 2019.

Tabela 2 – Investimento no Programa Nacional de Acesso ao Empleo e Ensino Técnico, entre 2011 e 2019

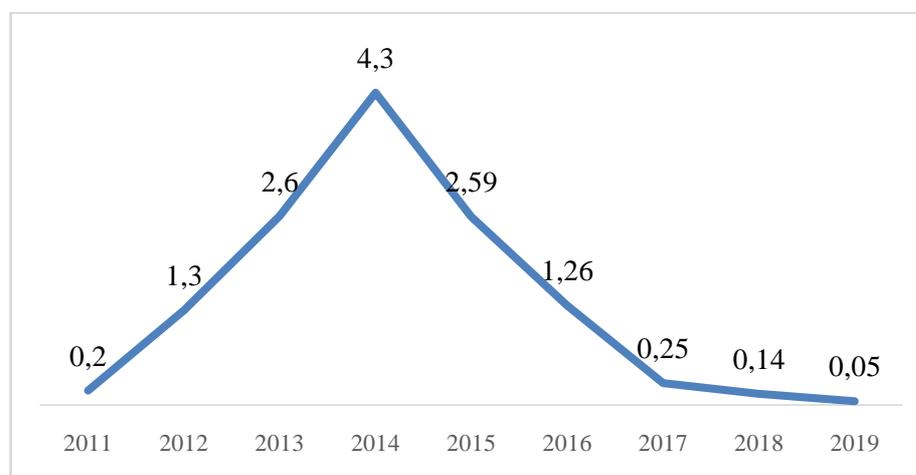
ANO	VALOR INVESTIDO (R\$)
2011	200 milhões
2012	1,3 bilhão
2013	2,6 bilhões
2014	4,3 bilhões
2015	2,59 bilhões
2016	1,26 bilhão
2017	251 milhões
2018	141 milhões
2019	4,96 milhões

Fonte: BRASIL. PORTAL TRANSPARÊNCIA 2020

Observa-se que os investimentos no PRONATEC foram crescentes de 2011 até 2014. Ressalta-se que no ano de 2014 os investimentos no Programa obtiveram níveis nunca antes alcançados, em virtude de ter sido um ano eleitoral e o programa um dos carros chefes da campanha da candidata a presidente, Dilma Rousseff. Depois desse período, a partir de 2015, houve uma desaceleração drástica nos investimentos no Programa, ocasionando quase que a paralisação em 2019.

O gráfico 4 demonstra a linha de tendência dos investimentos realizado, pelo Governo Federal, no PRONATEC entre os anos de 2011 e 2019, sendo possível identificar visualmente a queda nos investimentos a partir de 2015.

Gráfico 4 – Linha de tendência dos investimentos no PRONATEC, entre 2011 e 2019 (Em bilhões de reais)



Fonte: autoria própria

Políticas públicas de qualificação profissional e emprego, como o PRONATEC, são conduzidas aos cidadãos de baixa renda e oriundos de regiões populares, que por muitas vezes não são beneficiados por ações capazes de garantir o ingresso ao mercado de trabalho e conseqüentemente o sucesso profissional (BRASIL, 2013). Essa população é estigmatizada como excluída, e dessa forma tornam-se alvo de investimentos por parte do Estado visando uma tentativa de promover uma cidadania baseada na inclusão, através de ações que ampliem a escolaridade e a inserção no mercado de trabalho, objetivando reduzir as desigualdades sociais.

Neste sentido, esta pesquisa procura conhecer a realidade dos egressos capacitados pelo PRONATEC e responder **de que forma o PRONATEC, ofertado pelo IFPE campus Igarassu, contribui para a empregabilidade dos seus egressos?**

6 ANÁLISE DO PRONATEC – IFPE CAMPUS IGARASSU

O IFPE faz parte da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, criada em 2008 através da Lei nº 11.892/08, o Instituto oferece uma proposta inédita de ensino verticalizado, articulando, num só lugar, 54 cursos que atendem cerca de 17.500 mil estudantes em diferentes níveis e modalidades de formação: ensino médio, técnico, superior nas modalidades Tecnológico, Licenciatura e Bacharelado, além de especialização e mestrado (BRASIL, 2008; IFPE, 2019).

É uma organização que possui uma estrutura pluricurricular e multicampi e compromete-se com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e para o desenvolvimento sustentável da sociedade (IFPE, 2015a).

É graças a essa atuação pluricurricular, sistêmica e conectada às demandas do mercado e da sociedade, que o IFPE hoje tem um papel estratégico nas cidades onde os campi estão instalados e no cenário socioeconômico de Pernambuco. No litoral sul, atua fortemente na qualificação da mão de obra que atende ao porto de Suape e suas empresas. Ao norte do estado, contribui para o abastecimento das indústrias automobilística e fármaco-química com a mão de obra local, permitindo que os moradores da região aproveitem a oportunidade gerada pela chegada desses empreendimentos aos seus municípios (IFPE, 2019).

No estado pernambucano, compreende um conjunto de 16 campi distribuídos do litoral ao sertão, além da rede de Educação a Distância (EAD), formada por 11 polos. O IFPE alia seu olhar profissionalizante de origem, com o desenvolvimento do saber científico à uma formação humanística. Além de profissionais, formam-se cidadãos, cientistas e indivíduos aptos não apenas a ingressar na cadeia produtiva, mas a transformá-la, contribuindo para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região e o seu entorno (IFPE, 2019).

No Agreste, Sertão e Zona da Mata, é mantido o olhar especial à agricultura e à pecuária, sempre pautado pela sustentabilidade, mas a isso junta-se um novo foco voltado aos novos arranjos produtivos e às transformações sociais vivenciadas por essas localidades. Em 2014, a terceira fase da expansão do IFPE permitiu a instalação em mais seis municípios da Região Metropolitana (Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Jaboatão, Olinda e Paulista), além de Palmares, na Mata Sul (IFPE, 2019).

6.1 IFPE - FILOSOFIA INSTITUCIONAL

Pode-se dizer que a missão, a visão e os valores compõem a filosofia institucional de uma organização, ou seja, são os responsáveis pelo estabelecimento dos critérios de direção e orientação. (MERHI, 2008).

A Missão de uma organização pode ser definida como uma declaração sobre a “razão de ser” da organização, aquilo que orienta os objetivos e estratégias, devendo ser clara e entendida por todos que fazem parte da organização. Deve ainda refletir, necessariamente, uma filosofia de trabalho (VALADARES, 2002). Neste sentido, a missão do IFPE (2019) é:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade (IFPE, 2019).

Em relação a visão, pode-se dizer que é a perspectiva onde a organização pretende chegar no longo prazo, porém algo atingível. Traz um sentido de futuro para o qual se almeja estar (MERHI, 2008). Assim, a visão do IFPE (2019) é:

Ser uma Instituição de referência nacional em formação profissional que promove educação, ciência e tecnologia de forma sustentável e sempre em benefício da sociedade (IFPE, 2019).

Os valores representam a filosofia, as atitudes e as crenças de uma organização. É complementar a missão e visão, tornando assim a filosofia institucional completa. Os valores são as motivações da empresa, o que faz com que ela seja ativa todos os dias e mantenha o foco para seus objetivos. Logo, os valores do IFPE (2019) são:

Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática (IFPE, 2019).

Ao longo de sua história, o IFPE se consolidou como um espaço ofertante de uma educação pública, gratuita e de qualidade, e contribuiu diretamente com o desenvolvimento econômico local, mas sobretudo para a formação e inclusão de milhões de cidadãos. Uma instituição sólida, eficiente, renomada, em permanente estado de expansão e evolução (IFPE, 2019).

6.2 O IFPE IGARASSU

Igarassu é um município do estado de Pernambuco, situado ao litoral norte da região metropolitana de Recife, a 27 quilômetros de distância da capital. O município possui um dos patrimônios mais expressivos da arquitetura de cunho civil e religioso do Brasil. Conta com uma população estimada pelo IBGE, em 2018, de 115.640 habitantes e seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,665 (IBGE, 2010). No ano de 2016, possuía um salário médio mensal para trabalhadores formais de 2,2 salários mínimos, apresentando um percentual de 16% da população empregada formalmente (WIKIPEDIA, 2019b).

Figura 4 – Mapa do estado de Pernambuco com destaque para o município de Igarassu



Fonte: Wikipedia, 2019b

A presente pesquisa concentrou-se no IFPE campus Igarassu, que faz parte da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.195/2005. Como planejamento estratégico para atender melhor a demanda local, foi realizada uma consultoria com os seguintes objetivos: fazer um levantamento prévio da necessidade de mercado em relação à oferta de mão de obra de cursos técnicos e superiores; além de uma consulta pública sobre o interesse dos municípios. Finalizada a consultoria, foram escolhidos os cursos regulares de Técnico em Logística e Técnico em Informática para Internet (IFPE, 2015b). Atualmente, o campus conta com mais 3 cursos regulares que são o tecnólogo em gestão da qualidade, o primeiro curso superior gratuito da região, o tecnólogo em sistemas para internet e o bacharelado em administração.

No momento, o campus funciona em sua sede provisória às margens da BR 101 norte, como ilustrado na Figura 05. Está previsto, ainda para o ano de 2020, a conclusão das obras

da sede definitiva do campus, onde foram investidos 13 milhões de reais para a sua construção.

Figura5 – Sede provisória do IFPE Igarassu,2020



Fonte: própria autoria

Dados da Plataforma Nilo Peçanha¹, quadro 7, mostram que no ano de 2018, o IFPE, com seus 16 campi, ofereceu 9.800 vagas com a oferta de 283 cursos, e atingiu 44.434 inscritos para o seu vestibular e obteve 27 mil matrículas, 9 mil ingressantes e 5.079 concluintes. Já o IFPE Campus Igarassu, pertencente ao quadro de campi do IFPE, disponibilizou 365 vagas em 10 cursos oferecidos, com 951 inscritos para concorrer a estas vagas. Obteve ainda 721 matrículas durante 2018, com 329 novos ingressantes e 184 alunos que concluíram algum dos cursos oferecidos.

Quadro 7– Dados sobre a Educação Profissional em Pernambuco. Total IFPE e Campus Igarassu, 2018

	CURSOS	MATRÍCULAS	INGRESSANTES	CONCLUINTE S	VAGAS	INSCRITO S
IFPE	283	27.000	9.000	5.079	9.800	44.434
IFPE IGARASSU	10	721	329	184	365	951

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2019

Considerando os dados do IFPE, por campus, em relação a oferta de cursos do

¹<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

PRONATEC, demonstra-se na Tabela 3 os números referentes a matrículas, egressos (alunos que concluíram), o percentual de egressos em relação ao total de matrículas e o percentual de alunos evadidos, entre os anos de 2014 a 2018. Ressalta-se que os dados apresentados de Igarassu contemplam os cursos que foram oferecidos nas cidades de Igarassu, Vertente do Lério e Carpina e tiveram como unidade gestora o campus Igarassu.

Tabela 3 - Dados do Programa Nacional de Acesso ao Emprego e Ensino Técnico no Instituto Federal de Pernambuco, por campus, 2014 a 2018

Campi	Matrículas	Egressos	% Egressos	% Evasão
Abreu e Lima	231	181	78,35	21,65
Afogados da Ingazeira	175	142	81,14	18,86
Barreiros	538	357	66,36	33,64
Belo Jardim	74	73	98,65	1,35
Cabo de Santo Agostinho	177	167	94,35	5,65
Caruaru	969	469	48,40	51,60
Garanhuns	456	367	80,48	19,52
Igarassu	547	481	87,93	12,07
Ipojuca	177	84	47,46	52,54
Jaboatão	170	110	64,71	35,29
Olinda	241	138	57,26	42,74
Paulista	249	174	69,88	30,12
Palmares	134	87	64,93	35,07
Pesqueira	405	336	82,96	17,04
Vitória de Santo Antão	431	404	93,74	6,26
Recife	1948	1389	71,30	28,70
TOTAL	6922	4959	71,64	28,36

Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão-SIC, 2019

Observa-se na tabela 4 que, durante os anos de 2014 a 2018, o IFPE investiu, considerando todos os campi, R\$9.523.248,00 no programa. Deste valor, R\$4.211.860,00 foram investidos no pagamento da bolsa formação aos discentes. Além disso, R\$3.412.480,00 foram investidos como pagamento aos docentes e R\$1.898.908 como

pagamento ao pessoal administrativo.

Considerando a mesma tabela, nota-se que o campus Igarassu investiu em bolsa formação para os discentes o valor de R\$437.600,00, no período estudado. Em relação ao pagamento de docentes, o valor investido foi de R\$308.400,00 e o pagamento ao pessoal administrativo foi em um valor de R\$262.560, totalizando assim R\$1.008.560 de investimento no PRONATEC, durante 2014 a 2018. Ressalta-se que os dados presentes de Igarassu envolvem os cursos que foram oferecidos nas cidades de Igarassu, Vertente do Lério e Carpina.

Tabela 4 - Investimento (em reais) Programa Nacional de Acesso ao Emprego e Ensino Técnico no Instituto Federal de Pernambuco, por campus, 2014 a 2018

Campi	Investimento (Discentes)	Investimento (Docentes)	Investimento (Administrativo)	TOTAL
Abreu e Lima	179.760	113.280	98.208	391.248
Afogados da Ingazeira	126.400	93.600	75.840	295.840
Barreiros	269.000	328.000	161.400	758.400
Belo Jardim	37.000	36.000	22.200	95.200
Cabo de Santo Agostinho	141.600	144.000	84.960	370.560
Caruaru	484.500	398.400	262.600	1.145.500
Garanhuns	228.000	175.200	136.800	540.000
Igarassu	437.600	308.400	262.560	1.008.560
Ipojuca	88.500	75.600	53.100	217.200
Jaboatão	136.000	79.200	40.800	256.000
Olinda	120.500	94.200	69.300	284.000
Paulista	199.200	106.800	72.240	378.240
Palmares	107.200	40.800	36.720	184.720
Pesqueira	283.500	170.400	94.920	548.820
Vitória de Santo Antão	301.700	172.800	105.840	580.340
Recife	1.071.400	1.075.800	321.420	2.468.620
TOTAL	4.211.860	3.412.480	1.898.908	9.523.248

Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão-SIC, 2019

6.3 SUJEITOS DA PESQUISA

O público estudado nesta pesquisa foram os egressos dos cursos do PRONATEC ofertados pelo campus Igarassu e somente realizados na cidade de Igarassu, entre os anos de 2014 a 2018.

Em 2014 foram pactuadas as primeiras turmas do PRONATEC para o IFPE campus Igarassu, com duas turmas do curso de Auxiliar de Recursos Humanos, totalizando o número de 12 formados. No ano de 2015 foram lançados os cursos de Intérprete de Libras, Inspetor de Qualidade, com duas turmas, e Recepcionista na área de saúde, com um total de 60 formados. Em 2016, foram lançadas quatro turmas, sendo duas de Inspetor de Qualidade e duas de Auxiliar de Movimentação, Carga e Transporte, que se encerraram em 2017, atingindo 100% das matrículas em concluintes (100 matrículas e 100 egressos). Em 2018, houveram os cursos de Agricultura Familiar e Operador de Sistemas de Irrigação, com duas turmas de cada curso, sendo 87 matriculados e 84 concluintes.

Destaca-se que os egressos estudados nesta pesquisa realizaram os cursos somente na cidade de Igarassu-PE. A matrícula de alunos foi realizada pela prefeitura do município, atendendo prioritariamente os beneficiários de programas sociais de transferência de renda.

Tabela 5–Cursos, matrículas e egressos do Programa Nacional de Acesso ao Emprego e Ensino Técnico no Instituto Federal de Pernambuco Campus Igarassu, 2014 a 2018

	Cursos	Matrículas	Egressos
2014	Auxiliar de Recursos Humanos	30	12
2015	Inspetor de Qualidade, Libras, Recepcionista na área de saúde	80	60
2016	Auxiliar de Transporte, Inspetor de Qualidade	100	100
2018	Agricultura familiar, Operados de Sistemas de Irrigação	87	84
Total			256

Fonte: e-SIC – Sistema de Informação ao Cidadão, 2019

6.3.1 Perfil dos egressos

A observação empírica no cotidiano com os alunos em sala de aula e por meio das entrevistas foi possível identificar três perfis sociais claramente definidos. Os perfis foram determinados através da realidade socioeconômica, idade, perspectivas, motivações e posição familiar dos egressos.

O primeiro perfil identificado é o de alunos jovens, de ambos os sexos, entre 17 e 29 anos, recém-concluído o ensino médio, filhos(as) de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. São providos de famílias um pouco mais estáveis financeiramente e que podem se dedicar aos estudos. Em geral, eles concluíram o nível médio e buscam os cursos visando melhorar os seus currículos almejando melhores vagas no mercado de trabalho e salários mais atraentes.

O segundo perfil é o de mulheres mais velhas, entre 30 e 45 anos. Largaram a escola muito cedo para cuidar da família e filhos. Completaram somente o nível médio e depois de muito tempo resolveram voltar a estudar. Estas mulheres enfrentam mais dificuldades para concluir o curso em decorrência do seu papel como donas de casa. Sua inserção no mercado de trabalho é dificultada pela pouca experiência no mercado de trabalho formal e pela falta de capacitação.

O terceiro perfil reconhecido foi o de homens, a partir dos 30 até os 50, responsáveis pela subsistência financeira de suas famílias. Sua característica é de um homem que largou os estudos cedo por necessidade de trabalhar e sustentar a família. Normalmente eles trabalham no mercado informal, executando trabalhos pesados e sem estabilidade. Decidem realizar o curso como forma de obter mais conhecimento almejando ingressar no mercado formal, de carteira assinada.

6.4 COLETA DE DADOS (PROCEDIMENTOS TÉCNICOS)

Inicialmente, foi feito um levantamento de quem seriam os egressos e os seus contatos, a partir de consulta ao banco de dados e também através da ficha de inscrição no Programa. Foram obtidos dados referentes ao nome completo, endereço, contato telefônico, idade e curso realizado.

Em uma população heterogênea em termos de características, como a dos egressos do PRONATEC IFPE campus Igarassu, uma amostra satisfatória deve incluir indivíduos de todas

as subcategorias. Sendo assim e com o intuito de sanar todas as questões de logística e orçamentárias, optou-se pela metodologia de amostragem intencional nesta dissertação.

O principal instrumento de coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE A), que buscaram obter uma maior interação com os pesquisados (egressos), tendo a finalidade de explicitar com mais clareza elementos complexos e, paralelamente, obter informações mais específicas que costumeiramente não estão presentes nas análises documentais.

Minayo (2004) afirma que as entrevistas podem ser de duas formas: a “estruturada” e a “semiestruturadas”. A estruturada pode ser feita por escrito, pelo pesquisador ou na sua ausência, através de roteiros fechados. A semiestruturada pode ser feita verbalmente ou por escrito, mas inclui de forma tradicional a presença ou interação direta entre o pesquisador e os atores sociais.

A entrevista possibilita análise quantitativa e qualitativa dos dados e pode ser utilizada com qualquer dos atores do projeto, apresentando-se como uma técnica bastante eficiente (PÁDUA, 2000). Mesmo que diversos fatores possam levar à inadequação de informações, pela possibilidade de os entrevistados falsearem as informações ou apresentarem dados incompletos, caberá ao pesquisador a perspicácia de, quando do cruzamento dos dados e a relação dos mesmos com outros instrumentos da pesquisa, identificar esses possíveis problemas.

Nas entrevistas não se espera a limitação das respostas dos entrevistados nem que respondam a tudo da mesma maneira, sendo o entrevistador livre para deixar os entrevistados responderem as questões da maneira desejada, oferecendo a oportunidade para qualquer esclarecimento (MOREIRA, 2006).

A seleção para a entrevista foi realizada de forma aleatória, levando-se em consideração o sexo e a idade, visando obter uma amostra que não favorecesse algum perfil dos sujeitos pesquisados. Pela dificuldade de encontros presencialmente, em virtude da carga horária de trabalho do pesquisador e de sua atual ocupação como Diretor de Administração do Campus Igarassu, além da dificuldade de acesso as residências dos egressos pesquisados, onde muitos moram em zonas rurais, optou-se pelas entrevistas através de contato telefônico.

6.5 ANÁLISE DE DADOS

6.5.1 Conceito e procedimentos da análise de conteúdo

Para a análise de dados desta pesquisa utilizou-se como base a conceituação de Bardin (2006), bem como as etapas da técnica explicitadas por este autor. A opção pelo autor se deve em função do mesmo ser o mais citado no Brasil em pesquisas que adotam a análise de conteúdo como técnica de análise de dados. Bardin (p. 38, 2006) refere que a análise de conteúdo é:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

No que diz respeito às etapas da análise, a pré-análise é a fase em que se organiza o material que será analisado a fim de torná-lo operacional, organizando as primeiras ideias. É a organização propriamente dita por meio de quatro subfases: (a) leitura flutuante – estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, onde se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos – demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores – envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (BARDIN, 2006).

A segunda fase consiste na exploração do material com a definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro (unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando à categorização e à contagem frequencial) e das unidades de contexto nos documentos (unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro). A exploração do material consiste numa etapa importante, porque vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (BARDIN, 2006).

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa destinada ao tratamento dos resultados; ocorre nela a condensação e o destaque das

informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2006).

Figura 6 - Etapas da análise de conteúdo



Fonte: Bardin, 2006

Para Minayo (p. 74, 2001), a análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”. Na visão da autora, constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, e tem duas funções: verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Tais funções podem ser complementares, com aplicação tanto em pesquisas qualitativas como quantitativas (MINAYO, 2001).

6.5.2 As dimensões de análise

A construção do método fundamentou-se em três eixos norteadores da pesquisa, quais sejam: a condição profissional, estudantil e social dos egressos do PRONATEC. Com isso em mente, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas.

As perguntas contidas no roteiro das entrevistas, foram elaboradas visando quatro dimensões que estão de acordo com os objetivos específicos desta pesquisa. Tais dimensões procuraram expressar a visão dos alunos concluintes sobre a motivação para a realização dos cursos, a opinião sobre o curso em geral, as oportunidades geradas em relação ao mercado de trabalho e as contribuições alcançadas pela realização do curso.

a) Motivação que levou os egressos a ingressar no PRONATEC

Procurou-se conhecer a motivação dos egressos ao se matricularem nos cursos de qualificação profissional do PRONATEC oferecidos pelo IFPE campus Igarassu, ou seja,

quais eram as suas expectativas antes de iniciar o curso e, além disso, se já tinham algum conhecimento anterior sobre o Programa.

b) O que significou a realização do PRONATEC

Buscou-se a opinião dos egressos acerca do curso realizado, de que forma contribuiu, quais os pontos positivos e negativos referentes a infraestrutura, corpo docente e administrativo ou qualquer outra perspectiva e, além disso, se foi satisfatório a realização do curso.

c) Curso realizado X Conquista da vaga no mercado de Trabalho

Procurou-se descobrir a relação entre a realização do curso com a inserção ou reinserção no mercado do trabalho, ou seja, se com a qualificação profissional realizada houve aumento da empregabilidade e conseqüente ingresso no mercado de trabalho.

d) Contribuição do PRONATEC em algum outro aspecto

A intenção foi verificar se com a realização dos cursos os egressos perceberam alguma mudança de autoestima, relacionamento interpessoal, inclusão social, ou algum outro aspecto na vida pessoal desses sujeitos da pesquisa.

6.6 QUESTÕES ÉTICAS

Como questões éticas deste trabalho, os egressos entrevistados não serão identificados pelos seus nomes, preservando assim a sua identidade. Em função disso, denominou-se todos por “EGRESSOS”, sendo utilizada a abreviação EG, e identificados por números de 01 a 21, total de egressos entrevistados. Então, cada um será identificado em seu relato por EG01, EG02, EG03 e assim sucessivamente.

7 RESULTADOS

Os indivíduos egressos de políticas sociais são sujeitos de pesquisa interessantes para entender como essas políticas se relacionam com a sociedade. Eles são uma fonte privilegiada de informações que permitem entender o alcance, efeitos e consequências de uma ação educativa. Além disso, uma análise sistemática e contínua de programas mediante pesquisa com egressos pode ser um instrumento importante para planejar, definir e monitorar políticas voltadas para a inclusão social (LORDELO; DAZZANI, 2012).

A priori a meta estabelecida no projeto era entrevistar, pessoalmente, oito egressos qualificados entre os anos de 2014 a 2018. Porém, no decorrer da pesquisa percebeu-se a dificuldade de encontrar esses egressos presencialmente, pois muitos moravam em zona rural ou já não residiam mais na região. Portanto, optou-se por fazer as entrevistas através do contato telefônico, o que superou o quantitativo inicial previsto, obtendo-se assim o número de 21 entrevistas.

Conforme apresentado na tabela 6, o total de egressos entrevistados foi de 21 (vinte e um) distribuídos em 03 (três) cursos ofertados no período selecionado para a pesquisa. Nota-se uma concentração maior de alunos entrevistados nos cursos de Inspetor de Qualidade e Auxiliar de Transporte, Movimentação e Distribuição de Cargas.

Tabela 6 - Egressos entrevistados por curso oferecido pelo Instituto Federal de Pernambuco Campus Igarassu

CURSOS	EGRESSOS ENTREVISTADOS
Inspetor de Qualidade	12
Auxiliar de Transporte	08
Auxiliar de Recursos Humanos	01
TOTAL	21

Fonte: autoria própria

De acordo com consulta à ficha de inscrição dos matriculados no PRONATEC, foram obtidos dados para compor o perfil dos egressos entrevistados. A Tabela 7 apresenta características, sexo e faixa etária, dos egressos que participaram das entrevistas.

Tabela 7 – Perfil dos egressos entrevistados

Variável	Frequência	Percentual
Sexo		
Feminino	13	62%
Masculino	8	38%
Idade		
17-29	7	33%
30-40	10	48%
41-60	4	19%

Fonte: autoria própria

7.1 O QUE REVELAM OS DEPOIMENTOS CONFORME AS DIMENSÕES DE ANÁLISE

A partir daqui, apresenta-se uma análise dos depoimentos dos entrevistados, tendo como referência as dimensões da análise de conteúdo, conforme descrito anteriormente.

a) Primeira dimensão: quais os motivos que levaram os egressos a ingressar no PRONATEC

Neste primeiro questionamento, procurou-se saber quais os motivos que levaram os egressos a se matricularem no PRONATEC campus Igarassu e se os mesmos já tinham conhecimento sobre o Programa anteriormente. Assim, buscou-se conhecer um pouco mais sobre as expectativas dos egressos e a finalidade pela realização do curso. Constatou-se que uma grande parte dos egressos entrevistados realizaram a matrícula no curso visando obter mais **conhecimento** para si, como extraído dos relatos a seguir:

EG2 – “Conhecimento, procurar conhecimento. Não tinha participado ainda, mas já conhecia.” (Feminino, 30 anos, Auxiliar de Transporte)

EG3 – “Ganhar conhecimento...” (Feminino, 26 anos, Auxiliar de Transporte)

EG9 – “Eu gosto muito de buscar conhecimento, estava na época sem fazer nada e resolvi fazer o curso pra buscar um conhecimento a mais. Já conhecia o programa e já tinha feito alguns cursos antes.” (Masculino, 27 anos, Inspetor de Qualidade)

EG16 – “Conhecimento, adquirir experiência, mercado de trabalho também...” (Feminino, 39 anos, Inspetor de Qualidade)

EG13 – “Foram dois motivos. Olhe o primeiro conhecimento. Segundo a questão da bolsa também.”(Masculino, 55 anos, Inspetor de Qualidade)

Outros egressos relataram o interesse por realizar o curso relacionado à preparação para o mundo do trabalho e conseqüentemente **conquistar uma vaga de emprego**. Nota-se que esses egressos, claramente, tinham a intenção de se qualificar almejando a tão sonhada carteira de trabalho assinada:

EG15 – “Bom, foi pela oportunidade de qualificação e oportunidade de trabalho futuramente.” (Masculino, 26 anos, Inspetor de Qualidade)

EG19 – “Foi para acrescentar no currículo e ver se conseguia um emprego na área...” (Feminino, 36 anos, Inspetor de Qualidade)

Percebe-se que a busca pelo trabalho, no entendimento dos egressos, se constitui como necessidade e prática de suma importância, tanto social como econômica visando garantir a produção e reprodução das condições materiais e morais de sobrevivência própria e de sua família.

No relato do egresso 5, observa-se a análise feita pelo mesmo em relação a adquirir novos conhecimentos visando aproveitar oportunidades específicas de emprego que porventura aparecessem na sua região, neste caso uma nova montadora de automóveis que se instalou na cidade de Goiana, vizinha de Igarassu.

EG 5 – “Eu tava em busca de fazer um curso em que abrisse o campo para a área de trabalho, porque tinha a JEEP e eu fui à procura disso, e pelo PRONATEC ter referência do IFPE, eu gostei muito.” (Feminino, 28 anos, Inspetor de Qualidade)

Ainda sobre o interesse em participar de um curso do PRONATEC, oferecido pelo IFPE campus Igarassu, outros egressos relataram que a motivação para realização do curso foi em função de estar **sem nenhuma ocupação** no momento e conseqüentemente a vontade de voltar a estar em sala de aula buscando atualização, conforme os discursos abaixo:

EG4 – “No momento em que eu fiz eu tava procurando um curso pra fazer sem custo porque eu tava parada e sempre eu gosto de fazer cursos.” (Feminino, 36 anos, Inspetor de Qualidade)

EG6 – “Na verdade eu tava parado em casa e eu não queria ficar parado em

casa queria estudar, aí eu vi que tinha essa oportunidade e fui lá fazer.”
(Masculino, 21 anos, Auxiliar de Transporte)

EG7 – “Eu estava sem fazer nada e procurei alguma coisa pra ocupar a minha mente.” (Feminino, 27 anos, Auxiliar de Transporte)

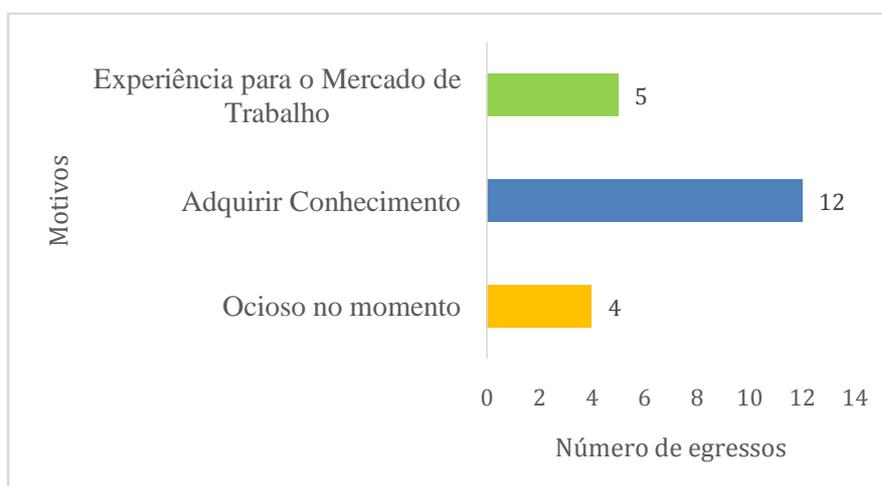
EG 8 – “Quando eu fiquei sabendo, eu tava livre na semana aí me indicaram pra fazer. Me chamaram pra fazer.” (Feminino, 41 anos, Inspetor de Qualidade)

EG9 – “Eu gosto muito de buscar conhecimento, estava na época sem fazer nada e resolvi fazer o curso pra buscar um conhecimento a mais.”
(Masculino, 27 anos, Inspetor de Qualidade)

EG20 – “Na época realmente eu tava sem fazer curso nenhum e eu achei interessante por ser curso do IF.” (Feminino, 31 anos, Auxiliar de Transporte)

No gráfico abaixo, demonstra-se os as respostas obtidas dos egressos em referência à primeira dimensão. Demonstra-se que a maior parte buscou adquirir novos conhecimentos ao ingressar no PRONATEC.

Gráfico 5 – Quais os motivos que o(a) levaram a fazer um curso do PRONATEC?



Considerando que os cursos do PRONATEC são gratuitos e que ainda seus beneficiários possuem direito a uma Bolsa Formação Trabalhador no valor de R\$10,00 a hora-aula, alguns egressos relataram ser essa a motivação maior para ingressarem no programa, conforme relatado abaixo.

EG13 – “Foram dois motivos. Olhe, o primeiro conhecimento. Segundo a questão da bolsa também.” (Masculino, 55 anos, Inspetor de Qualidade)

EG4 – “No momento em que eu fiz eu tava procurando um curso pra fazer sem custo porque eu tava parada e sempre eu gosto de fazer cursos.” (Feminino, 36 anos, Inspetor de Qualidade)

EG14 – “A oportunidade do curso, o curso gratuito né.” (Masculino, 32 anos, Inspetor de Qualidade)

Em relação ao conhecimento sobre o Programa, sobre os cursos oferecidos, a quem se destina, o intuito e seus objetivos, alguns egressos demonstraram conhecer o PRONATEC, já outros tinham realizado cursos em épocas anteriores, entretanto a maioria ainda **não tinha conhecimento sobre o Programa**, de acordo com os depoimentos a seguir:

EG8 – “Não conhecia o programa passei a conhecer depois que fiz.” (Feminino, 41 anos, Inspetor de Qualidade)

EG11 – “Não, não conhecia, através da prefeitura consegui fazer a matrícula e participei do PRONATEC.” (Masculino, 58 anos, Auxiliar de Transporte)

EG16 – “Não, não conhecia, conheci através de uma colega que trabalhava comigo.” (Feminino, 39 anos, Inspetor de Qualidade)

EG18 – “Não, não conhecia até então, conheci depois do curso.” (Feminino, 39 anos, Auxiliar de Recursos Humanos)

EG21 – “Não conhecia antes, conheci através da escola técnica de Igarassu, tinha ouvido falar, mas não conhecia os benefícios do programa.” (Feminino, 44 anos, Inspetor de Qualidade)

Vale a pena considerar que a divulgação, seleção e a matrícula dos alunos para os cursos era realizada através da prefeitura da cidade de Igarassu, mais precisamente pelo Centro de Formação Profissional de Igarassu – CEFOP, que também era responsável por ceder a infraestrutura para a realização dos cursos: salas de aula, banheiros, secretaria e sala de apoio administrativo. Abaixo destaca-se o discurso do egresso 11 que admite a importância do programa e ressalta a importância do CEFOP na divulgação do PRONATEC.

EG11 – “O curso do PRONATEC ele é muito importante para o aluno, porque é mais um curso que temos no nosso histórico de vida. Não conhecia antes, conheci através do CEFOPi consegui fazer a matrícula e participei do PRONATEC.” (Masculino, 58 anos, Auxiliar de Transporte)

Assim, percebe-se nesta primeira dimensão obtida através da pergunta: “quais os motivos que o(a) levaram a fazer um curso do PRONATEC? Você já conhecia o Programa?”, que a maioria dos egressos buscou o curso como forma de obter conhecimento para o ingresso no mercado de trabalho, corroborando com os objetivos de criação do Programa. Muitos estavam ociosos, sem nenhuma ocupação, e viram no PRONATEC uma forma de realizar um curso gratuito, e ainda, recebendo um auxílio financeiro. Constatou-se uma falha em termos de divulgação local e nacional, visto que muitos egressos não tinham o conhecimento sobre o Programa antes de ingressarem.

b) Segunda dimensão: o que significou a realização do PRONATEC

Considerando o questionamento realizado “Para você, o que significou ter feito curso do PRONATEC?”, notou-se que grande parte dos alunos que concluíram os cursos **elogiaram e avaliaram de forma positiva** os cursos oferecidos pelo IFPE Campus Igarassu, demonstrando satisfação com o conhecimento que foi adquirido.

EG1 – “Foi bom mesmo, até melhor do que bom.” (Masculino, 38 anos, Auxiliar de Transporte)

EG2 – “Foi bom, foi bom, com certeza.” (Feminino, 30 anos, Auxiliar de Transporte)

EG3 – “Foi bom, muito bom. Porque eu tive muito conhecimento, aprendi muitas coisas nele.” (Feminino, 26 anos, Auxiliar de Transporte)

EG4 – “Pra mim uma experiência boa, muito bom.” (Feminino, 36 anos, Inspetor de Qualidade)

EG5 – “Foi uma etapa muito boa, significou uma forma de conhecimento que eu não tinha, que eu aprendi lá, que até essa semana eu tava pegando o caderno pra dar uma olhada, foi bom, foi ótimo, não tenho o que reclamar em relação a coordenação, nota 1000...e ótimos professores...” (Feminino, 28 anos, Inspetor de Qualidade)

EG6 – “Eu gostei, eu fiz amizades com a galera que tava na minha turma, a

cerimônia de encerramento também foi bem legal, aprendi bastante também no curso.” (Masculino, 21 anos, Auxiliar de Transporte)

EG7 – “Pra mim foi ótimo porque aprender sempre é bom, os professores são maravilhosos, a atenção que a gente recebia (...), pra mim foi muito bom.” (Feminino, 27 anos, Auxiliar de Transporte)

EG9 – “Um conhecimento a mais que eu busquei e se tivesse a oportunidade de novamente fazer outro curso faria novamente e os professores também ótimos professores, bons profissionais.” (Masculino, 27 anos, Inspetor de Qualidade)

EG10 – “Foi bom porque é uma experiência a mais, porque ele tinha a qualidade de um curso técnico, os professores, mas foi um curso profissionalizante...” (Masculino, 22 anos, Auxiliar de Transporte)

EG11 – “Foi ótimo, os professores são ótimos.” (Masculino, 58 anos, Auxiliar de Transporte)

EG12 – “Foi bom, como falei, eu adquiri experiência e aprimorei meu currículo.” (Feminino, 33 anos, Inspetor de Qualidade)

EG13 – “Foi muito bom, sempre é bom. A expectativa do curso correspondeu.” (Masculino, 55 anos, Inspetor de Qualidade)

EG14 – “Foi bom porque abriu um pouco mais a mente pra o campo da pesquisa, pesquisa e sempre estar em contato com novas fontes de pesquisa, não estar preso a uma, não acreditar fielmente em uma, buscar várias fontes.” (Masculino, 32 anos, Inspetor de Qualidade)

EG15 – “Foi ótimo, uma experiência boa.” (Masculino, 26 anos, Inspetor de Qualidade)

EG16 – “Pra mim significou tudo, mais uma oportunidade que tive de conseguir algo e me ajudar profissionalmente...” (Feminino, 39 anos, Inspetor de Qualidade)

EG17 – “Foi bom, um conhecimento a mais, porque foi uma área nova, na verdade não era minha área mas eu gostei bastante, eu não sabia o que era

irrigação e eu pude aprender algumas técnicas mas infelizmente não pude trazer para o dia a dia, pro profissional.” (Feminino, 37 anos, Inspetor de Qualidade)

EG18 – “Foi satisfatório, significou muito para a minha carreira profissional.” (Feminino, 39 anos, Auxiliar de Recursos Humanos)

EG19 – “Foi muito bom, muito ótimo, queria fazer mais...” (Feminino, 36 anos, Inspetor de Qualidade)

No gráfico abaixo, demonstra-se as respostas obtidas em referência ao significado da realização do curso do PRONATEC por parte dos egressos. Nota-se que a totalidade dos concluintes acredita que foi uma experiência positiva a realização do curso.

Gráfico 6 – O que significou ter feito um curso do PRONATEC?



Um ponto de destaque positivo elencado pelos egressos entrevistados foi a qualidade dos professores do programa. Vale salientar que a seleção de docentes é realizada pelo IFPE, através de edital, e que grande parte dos professores que ministraram as aulas nos cursos do PRONATEC eram servidores, docentes ou técnicos administrativos, efetivos da instituição, como demonstram os relatos sobre esse tema:

EG5 – “Elogio a equipe que a gente pegou de professores, os professores que marcaram a gente (...) e teve outros professores que também foram bons...esse ponto é um ponto positivo.” (Feminino, 28 anos, Inspetor de Qualidade)

EG7 – “Em relação a professores são ótimos, nota 10 para todos, pra mim foi maravilhoso, nota 10 pra tudo, pra atenção, pra mim foi maravilhoso.”

(Feminino, 27 anos, Auxiliar de Transporte)

EG10 – “Foi ótimo, disciplinas e professores ótimos, foi numa ordem que uma disciplina se encaixava na outra, professores ótimos, de alto nível...”

(Masculino, 22 anos, Auxiliar de Transporte)

EG11 – “Eu tenho a dizer que os professores são ótimos, todos eles, ensinam bem tudinho, orientação a gente tudinho, não tenho o que falar deles.”

(Masculino, 58 anos, Auxiliar de Transporte)

EG12 – “Foi ótimo, tive uma ótima experiência, os professores dominavam o assunto. Foi maravilhoso, não me arrependo de nada.” (Feminino, 33 anos, Inspetor de Qualidade)

EG13 – “Muito bom, eu sou suspeito pra falar, os professores são muito bem capacitados. A equipe docente é muito boa.” (Masculino, 55 anos, Inspetor de Qualidade)

EG15 – “Os professores do IFPE são de boa qualidade, ensinam bem, são professores pacientes, entendem a situação dos alunos que são pais de família ou que trabalham de dia e estudam a noite. O modo de ensinar foi pratico, rápido e bem eficiente e o conteúdo completo, ensinamento de boa qualidade.” (Masculino, 26 anos, Inspetor de Qualidade)

EG19 – “Todos os professores foram ótimos...nada o que falar deles...na minha sala foi a sala mais unida que os alunos eram unidos, fazia festinha para o professor, a classe era muito unida...todos os professores ganharam festinha, todos eles...” (Feminino, 36 anos, Inspetor de Qualidade)

EG20 – “Os professores eu achei maravilhosos, muito bons, bem esclarecedores, gostei de tudo do curso só achei que deveria ser mais tempo.” (Feminino, 31 anos, Auxiliar de Transporte)

EG21 – “Excelente, o programa de aulas era muito bom, muito bom mesmo, professores altamente qualificados... interação o tempo inteiro com alunos, aulas tanto teóricas como praticas que ajudavam a desenvolver...excelente.” (Feminino, 44 anos, Inspetor de Qualidade)

Como observado nos depoimentos anteriores, a satisfação foi quase que geral pelos

participantes egressos do curso. Pode-se levantar que a satisfação com o corpo administrativo e de professores tenha sido um dos motivos referentes a baixa evasão nos cursos oferecidos pelo campus Igarassu. A seguir nota-se o depoimento da egressa 21, que além de ter aprovado a qualidade do curso oferecido, ainda aplicou os conhecimentos adquiridos sendo promovida no trabalho:

EG21 – “Significou muito, agreguei muito o curso que eu fiz e agreguei o curso no meu trabalho atual, todas as matérias que eu vi eu apliquei no meu trabalho atual, através das aulas, eu tive uma promoção, ocupando o cargo de coordenadora hoje, significou muito.” (Feminino, 44 anos, Inspetor de Qualidade)

Essa mesma egressa ainda mencionou o fato da oportunidade de oferecer cursos de qualidade e de forma gratuita para aquelas pessoas da região que não possuem condições financeiras para custear tais cursos, confirmando ter atingido o público alvo do Programa, conforme discurso abaixo:

EG21 – “Oportunidade de formação, principalmente para pessoas que não tem condição de pagar um curso técnico, oportunidade mesmo, e eu sou muito grata ao PRONATEC.” (Feminino, 44 anos, Inspetor de Qualidade)

Todavia, notou-se uma **consideração negativa** por parte dos egressos em função da carga horária dos cursos. Vale destacar que os cursos oferecidos foram da modalidade FIC, que possuem carga horária de 160 horas, com duração aproximada de 4 a 5 meses. Para muitos, os cursos deveriam ter uma carga horária maior visando abranger mais assuntos e ter mais tempo para trabalhos, discussões, debates e visitas técnicas às empresas, conforme os seguintes discursos:

EG5 – “Negativo foi só a questão mesmo da carga horária, se fosse maior teria sido melhor, aprender mais, pra desenvolver mais.” (Feminino, 28 anos, Inspetor de Qualidade)

EG13 – “O que ficou a desejar foi a questão da carga horária mesmo.” (Masculino, 55 anos, Inspetor de Qualidade)

EG14 – “O curso foi bom, foi regular, era bom que tivesse mais tempo né, mas foi uma carga horária aceitável.” (Masculino, 32 anos, Inspetor de Qualidade)

EG17 – “O Negativo é que durou pouco tempo pra muito assunto.”
(Feminino, 37 anos, Inspetor de Qualidade)

EG20 – “Foi super bom...poderia ter se estendido por mais tempo na verdade, mas, só por isso mesmo poderia ter mais conteúdo pra oferecer.”
(Feminino, 31 anos, Auxiliar de Transporte)

Percebe-se, nos relatos dos egressos, a insatisfação em função da carga horária reduzida dos cursos FIC oferecidos. Isso se deve ao fato que o Pronatec oferece uma formação mais aligeirada para o mercado de trabalho. A solução encontrada para responder ao chamado “apagão da mão de obra qualificada” é uma formação de via rápida, mas que em termos de qualidade efetiva, não se sustenta a médio e longo prazo nem é garantia para o emprego.

Interessante o relato, que segue abaixo, do egresso 17 que realizou o curso de Inspetor de Qualidade. Para eleo ideal, considerando o tipo de curso oferecido, seria a oferta de cursos que possuíssem uma **carga horária maior**, exemplo dos cursos técnicos, em detrimento dos cursos de formação inicial continuada. O mesmo egresso ainda sugeriu a ofertas de cursos no turno noturno, justamente para atender aquelas pessoas que trabalham durante o dia, como se pode ver no trecho adiante:

EG17 – “Ponto negativo seria a oportunidade de cursos a noite, poderia abrir mais cursos a noite, como cursos técnicos em outras áreas diferentes, não só qualificante, mas curso técnico como oportunidade. Curso qualificante é ótimo, mas em algumas empresas dá mais oportunidade pra quem tem o técnico.” (Feminino, 37 anos, Inspetor de Qualidade)

Considerando ainda relatos sobre a necessidade de uma carga horária maior para os cursos, cita-se o depoimento da egressa 21 que reconhece a qualidade dos cursos oferecidos, mas que sugere uma carga horária maior que contemple o estudo de todas as disciplinas de forma mais calma e detalhada visando um aproveitamento mais satisfatório, conforme abaixo.

EG21 – “O curso é muito bom e você pega muita coisa, pega muita noção das coisas que você não tinha, se tivesse um tempo muito prolongado aprendia muito mais, o curso é muito interessante, mas acaba muito rápido, quando a gente interagiu, aí o curso acabou, porque eram 3 meses, que pena que foi tão pouco tempo, mas deu pra pegar muita coisa...se demorasse mais seria muito melhor...” (Feminino, 44 anos, Inspetor de Qualidade)

Observou-se ainda poucos relatos negativos em relação à **infraestrutura oferecida**, neste caso o local onde eram ministradas as aulas – uma escola. Como já foi dito anteriormente, as ofertas de cursos pelo IFPE campus Igarassu foi em parceria com a Prefeitura Municipal da cidade, onde a estrutura física oferecida era pertencente à rede municipal de ensino, visto que à época o IFPE campus Igarassu não possuía estrutura física para oferecer aulas à noite. Este ponto negativo foi ressaltado nos trechos:

EG2 – “Negativo foi a escola onde era realizado curso.” (Feminino, 30 anos, Auxiliar de Transporte)

EG10 – “O ponto negativo pra mim foi o local do curso...” (Masculino, 22 anos, Auxiliar de Transporte)

Em síntese, a segunda dimensão trouxe como respostas uma satisfação quase que geral em relação a qualidade do curso oferecido. Ponto positivo muito destacado pelos egressos foi a qualidade dos professores que lecionaram no Programa. Em contrapartida o principal ponto negativo apontado foi a questão da baixa carga horária.

c) **Terceira dimensão: curso realizado X vaga no mercado de trabalho**

Esta dimensão procura explicar a questão central desta pesquisa, visto que grande parte dos egressos manifestarem a expectativa da busca de qualificação, para ingressar no mercado de trabalho, através do PRONATEC. Existia uma expectativa, por parte dos egressos, baseada na publicidade do Programa demonstrando que após a realização dos cursos haveriam melhores chances para essa inserção, tanto por parte dos jovens na questão do primeiro emprego, como por parte de trabalhadores que se encontravam desempregados buscando reinserção no mercado de trabalho ou até uma mudança de área de trabalho.

Percebeu-se, através das entrevistas, que alguns egressos **não chegaram a procurar vaga** no mercado de trabalho, na área em que foram qualificados. Os motivos explicitados foram já estarem empregados em outras áreas ou ainda atuando como proprietários de pequenos negócios, conforme relatos abaixo:

EG3 – “Pra ser sincera, não procurei. Eu trabalho no comércio. Mas eu coloquei o curso no meu currículo, mas eu comecei a trabalhar no comercio, entendeu?” (Feminino, 26 anos, Auxiliar de Transporte)

EG8 – “Não procurei, mas assim, meu esposo tem um espetinho, mas foi muito legal me ajudou muito no setor de qualidade.” (Feminino, 41 anos,

Inspetor de Qualidade)

EG18 – “Não, cheguei a procurar não. Porque eu já tinha trabalho já, na verdade foi mais para agregar o trabalho que eu já tenho inclusive até hoje estou, que é salão de beleza.” (Feminino, 39 anos, Auxiliar de Recursos Humanos)

EG20 – “Não, procurei não, porque eu queria uma coisa mais completa, se eu optasse por fazer logística, aí eu iria querer trabalhar na área, mas eu tomei outros rumos, hoje faço nutrição, totalmente diferente.” (Feminino, 31 anos, Auxiliar de Transporte)

Houve um interessante relato, como o demonstrado abaixo, da egressa 21 que utilizou de forma inteligente o aprendizado adquirido através do curso de Inspetor de Qualidade, realizado no ano de 2016, para aplicar ao trabalho em que estava empregada à época de realização, como forma de aprimorar os serviços prestados aos clientes.

EG 21 – “Diretamente na área não, eu peguei as matérias, a gente estudou qualidade em todas as áreas, e aí eu inseriela na minha área de trabalho. Eu trabalho em empresa de telefonia, então eu peguei o curso e inseri na minha área de trabalho, oferecendo um serviço de qualidade, gostei muito do curso...eu trabalho com qualidade, mas na área de prestação de serviço.” (Feminino, 44 anos, Inspetor de Qualidade)

Em contrapartida, a maioria dos alunos, ao término do curso, **procuraram emprego** na área de capacitação ou até em outras áreas correlatas. Nenhum dos entrevistados afirmou ter conseguido o tão almejado emprego. Dentre as justificativas apresentadas estão a crise econômica e falta de oportunidade fornecida pelas empresas e pelo governo.

EG1 – “Procurei, mas tá faltando trabalho, não tá fácil pra ninguém.” (Masculino, 38 anos, Auxiliar de Transporte)

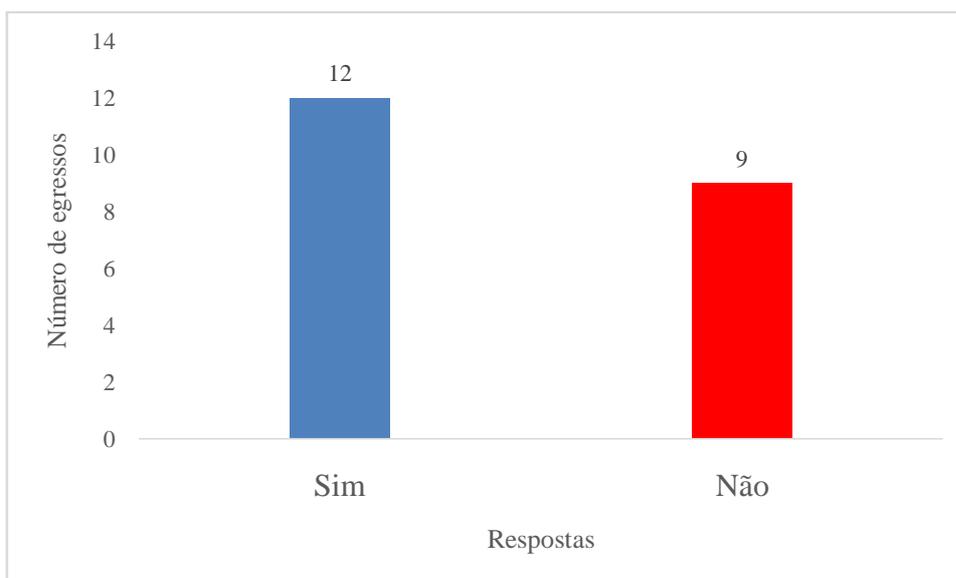
EG2 – “Procurei, mas na área não consegui. Falta de oportunidade mesmo....” (Feminino, 30 anos, Auxiliar de Transporte)

EG11 – “Não, eu tenho entregue muitos currículos, eu fiz vários cursos. Se surgisse uma vaga nessa área eu iria encarar. Eu coloquei meus currículos em várias empresas. Mas a situação do nosso país é grave.” (Masculino, 58 anos, Auxiliar de Transporte)

EG12 – “Cheguei a procurar, mas eu não consegui não, não me chamaram.”
(Feminino, 33 anos, Inspetor de Qualidade)

No gráfico abaixo, demonstra-se as respostas obtidas em referência a procura, por iniciativa dos egressos, de vagas de trabalho na área de qualificação. Percebe-se que a maior parte buscou emprego na área em que obteve a qualificação, porém nenhum egresso conquistou a vaga desejada.

Gráfico 7 – Procurou trabalho na área que estudou após o término do curso?



Os depoimentos abaixo relatados pelos egressos 4 e 5 afirmam a busca pelas oportunidades em empresas instaladas na região, e como citado anteriormente, uma recém instalada montadora de veículos priorizava a contratação de pessoas residentes na região de Igarassu e cidades circunvizinhas.

EG4 – “Sim, coloquei currículo na JEEP, fiz entrevista lá, cheguei a fazer a prova, e aí não chamaram mais, mas pensei em entrar na área” (Feminino, 36 anos, Inspetor de Qualidade)

EG5 – “Não, não, eu só coloquei pra JEEP na época, mas como hoje eu estou desempregada, na época do curso eu trabalhava como babá, mas agora que estou desempregada eu coloquei esse curso no currículo. Porque eu só coloquei currículo em uma empresa automotiva da região, eu não sei dizer acho que foi por falta de oportunidade, só coloquei lá e desisti, agora que estou refazendo novamente.”(Feminino, 28 anos, Inspetor de Qualidade)

Ainda considerando os depoimentos dos egressos que procuram emprego na área de

qualificação e não conseguiram, destaca-se o egresso 7. O mesmo relata que após o término do curso procurou emprego de posse do certificado, mas que sua falta de experiência por ser jovem, foi um fator negativo na hora da seleção. Isso demonstra a dificuldade em conseguir o primeiro emprego:

EG7 – “Eu enviei alguns currículos por e-mail para as empresas, mas não consegui nada. Eu acho que porque eu ainda não tenho experiência.”
(Feminino, 27 anos, Auxiliar de Transporte)

Considerando a questão da busca pelo primeiro emprego pelos jovens brasileiros, Pochmann (2007) afirma que o primeiro emprego é decisivo para a sua trajetória profissional, a partir do momento em que o mercado estabelece as melhores vagas para os mais qualificados reproduzindo a desigualdade do sistema educacional brasileiro. Além disso, o autor refere que as políticas públicas precisam estar associadas à manutenção do jovem no sistema educacional, e não somente incentivá-lo precocemente a entrar no mercado de trabalho (POCHMANN, 2007).

Destaca-se a fala do egresso 13, que ao contrário do egresso 7, demonstra que mesmo com um currículo excepcional em termos de qualificação acadêmica e também em termos de experiência profissional, a idade elevada ainda influencia negativamente em favor de uma contratação.

EG13 – “Já procurei, eu fiz logística, fiz gestão ambiental... A questão da idade pesa, não de conhecimento, conhecimento no currículo é importante... Foi um diferencial, quer queira quer não, depois dos 40, dos 45 é complicado você conseguir emprego mesmo você sendo bom na área, tem que ser indicado porque as empresas realmente elas bloqueiam e não dizem. Eu escutei muito isso... seu currículo é muito bom, você é graduado em economia na federal, tem muitos cursos qualquer coisa entramos em contato, mas nunca ninguém me chamou.... Mas eu consegui na área de logística, mas foi indicado, numa transportadora. Você pode ser muito bom, mas a idade pesa, eles gostam de menino novinho e menina novinha. Mas como eu sou teimoso, minha cabeça está em funcionamento pra entender as coisas, eu faço, estou querendo conhecimento.” (Masculino, 55 anos, Inspetor de Qualidade)

Já no relato abaixo obtido através das entrevistas aplicadas aos egressos 15 e 19, fica

claro a opção não somente pela área em que foi realizado o curso, mas em quaisquer áreas em que surgissem oportunidades. Isso demonstra a dificuldade em ingressar no mundo do trabalho, considerando uma área específica, além da urgência em gerar renda para si e para a família.

EG15 – “Eu Tentei procurar trabalho na área, só que quando apareceu oportunidade eu já estava trabalhando em outra área, entendeu? Então peguei a primeira oportunidade que apareceu pela frente. Hoje eu não trabalho na área de qualificação não.” (Masculino, 26 anos, Inspetor de Qualidade)

EG19 – “Procurei aqui, como estou desempregada eu coloquei meu currículo em tudo que tivesse a vista, coloquei também na área, mas não saiu nem um canto e nem outro, então estou aguardando, esperando... mas não saiu, a gente tá desempregada gente não pode escolher muito tem que pegar o que vem quando tá desempregada.” (Feminino, 36 anos, Inspetor de Qualidade)

Em seguida foi questionado aos egressos se, na opinião deles, os cursos preparam para a atualidade do mercado de trabalho. Para a maioria, segundo os relatos abaixo, os cursos que foram oferecidos preparam para a realidade do mercado de trabalho e possuem características positivas, sendo mais um feedback sobre a satisfação na realização do curso. Apesar disso, como relatado anteriormente, nesta mesma dimensão, as pessoas ainda se encontram desempregadas ou não trabalham na área em que foram qualificadas.

EG3 – “Sim, porque qualifica bem, tem que estudar também né, pra poder desenvolver e aprender.” (Feminino, 26 anos, Auxiliar de Transporte)

EG4 – “Sim, porque tinha muitas coisas que foram faladas nas aulas, como a gente deveria se comportar em entrevista de trabalho, só a última que era levar a gente na empresa que não teve, foi a única coisa que ficou em aberto pra gente.” (Feminino, 36 anos, Inspetor de Qualidade)

EG7 – “Creio que sim, aprender é sempre bom. Porque a gente aprendeu coisas diferentes, sobre transporte, logística e aprender é sempre bom.” (Feminino, 27 anos, Auxiliar de Transporte)

EG8 – “Sim, porque pra começar eu não sabia nem que existia o controle de qualidade. Foi bom pra mim, eu achei.” (Feminino, 41 anos, Inspetor de

Qualidade)

EG10 – “Prepara, prepara, porque envolve muito a área de logística...prepara e muito...” (Masculino, 22 anos, Auxiliar de Transporte)

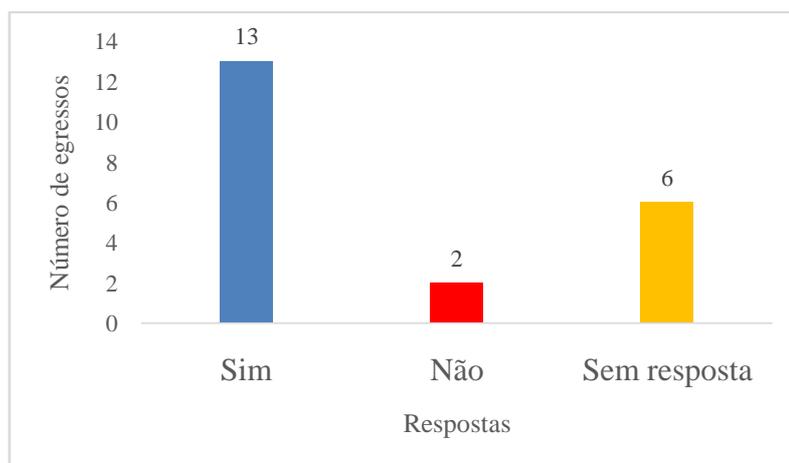
EG16 – “Com certeza...porque eu pude adquirir mais experiência, mais conhecimento no curso.” (Feminino, 39 anos, Inspetor de Qualidade)

EG18 – “Com certeza, prepara...” (Feminino, 39 anos, Auxiliar de Recursos Humanos)

EG21 – “Sim, muito...muito mesmo. Porque muita gente jovem e adultos da minha classe pessoas acima dos 30 anos e a gente vê as pessoas querendo ingressar no mercado de trabalho, aí eu participei de uma classe que eu vejo, pra mim foi muito bom, prepara mesmo...a maioria das pessoas na época eram desempregadas, a ajuda de custo que eles davam, a oportunidade de ingressar numa escola técnica...se o projeto voltar vai ser muito bom...a oportunidade de fazer um curso gratuito.” (Feminino, 44 anos, Inspetor de Qualidade)

Logo abaixo, demonstra-se as respostas obtidas em referência à percepção, por parte dos egressos, acerca da preparação do curso para o mercado de trabalho. Percebe-se que a maior parte acredita que há uma preparação para as atividades executadas no mercado de trabalho.

Gráfico 8 – O curso que você fez preparou para o mercado de trabalho?



As constantes mudanças no sistema capitalista de produção desde o final do século passado têm influenciado decisivamente o papel da educação e da formação profissional na inserção e na trajetória ocupacional ao longo da vida das pessoas, exigindo mais preparação e

formação contínua. Esse aspecto se mostrou muito relevante no discurso dos egressos, demonstrando ser uma preocupação, uma vez que o cenário laboral é de competitividade e de muitas exigências em termos de competências.

Desse modo a terceira dimensão demonstrou, através das entrevistas, que alguns egressos não chegaram a procurar trabalho na área em que foram qualificados por razões como já estarem empregados ou priorizarem outros estudos. Entretanto, muitos egressos buscaram emprego na área em que foram qualificados, não obtendo êxito por motivos explicitados por eles como a crise econômica, falta de experiência e idade avançada. O que se confirma quando analisamos a economia no período desta pesquisa, apresentando retração no PIB e altos índices nas taxas de desemprego, tanto brasileiro como no estado de Pernambuco.

d) Quarta dimensão: o PRONATEC contribuiu em outro aspecto?

Buscou-se identificar quais as mudanças e possíveis contribuições, além do aspecto empregabilidade, que os cursos do PRONATEC proporcionaram na percepção dos sujeitos pesquisados. Quando se olha para a questão do incentivo e **continuidade aos estudos**, houve discursos que trouxeram informações positivas nesse sentido, visto que se percebeu nos depoimentos dos egressos que a maioria se sentiu motivada a dar continuidade aos seus estudos.

EG2–“Incentivou...Contribui sim, demais...era os professores, a forma que eles davam a aula, a forma que incentivavam seguir em frente, não paralise, até quando o curso acabou e abriu outros no programa.” (Feminino, 30 anos, Auxiliar de Transporte)

EG3 – “Sim...incentivou bastante, porque faz com que a gente não fique parada no tempo, achando que tem que ficar na mesmice, então você ali estudando tendo novos conhecimentos de pessoas ali batalhando também pra ter um conhecimento em outra área, faz a gente mudar o campo de visão da gente.” (Feminino, 26 anos, Auxiliar de Transporte)

EG4 – “Sim, incentivou porque eu sempre gostei de fazer cursos, eu ainda tenho meu objetivo de fazer meu curso superior e eu acho que a gente tem que buscar sempre conhecimento porque não pode parar de estudar, não pode ficar desatualizada.” (Feminino, 36 anos, Inspetor de Qualidade)

EG5 – “Sim, sim, sim, contribuiu, vontade de voltar a fazer, agora eu estou correndo atrás de trabalho, quando eu conseguir algo vou voltar a fazer algo

lá no IFPE. (Feminino, 28 anos, Inspetor de Qualidade)

EG6 – “Eu acho que sim, porque é sempre bom a pessoa estar estudando e eles sempre falam pra gente não desistir. Tinha uma galera que faltava muito, eles puxavam o pé da gente pra não desistir.” (Masculino, 21 anos, Auxiliar de Transporte)

EG7 – “Sim, contribuiu porque eu não faço nada, não trabalho, fico só em casa, aí era uma coisa boa porque eu conheci novas pessoas, professores maravilhosos e aprendia, ocupava a minha mente, pra mim foi excelente, muito bom.” (Feminino, 27 anos, Auxiliar de Transporte)

EG9 – “Incentivou, sempre busquei mais conhecimento e oportunidades em várias áreas. Um pouco, porque sou tímido e contribui um pouco.” (Masculino, 27 anos, Inspetor de Qualidade)

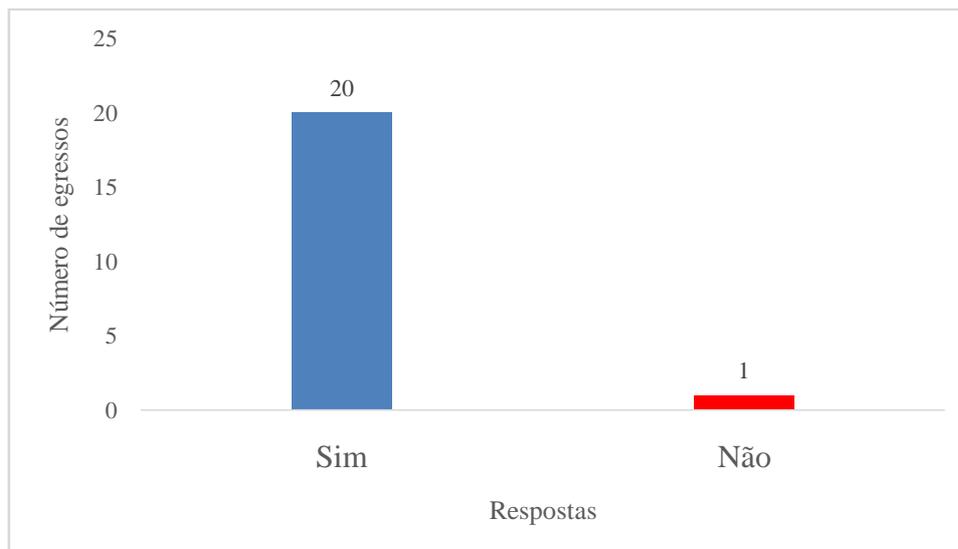
EG10 – “Incentivou....Contribuiu sim, porque os professores do curso sempre incentivavam a gente a não parar de estudar, porque aprendizagem nunca é demais né....” (Masculino, 22 anos, Auxiliar de Transporte)

EG16 – “Sim...sim...foi uma oportunidade muito grande que eu tive, perguntei se tinha outros cursos abertos pra fazer...só tinha disponível a noite, eu só tenho tempo a noite. Pra mim foi uma oportunidade muito grande, tentei aproveitar o máximo possível...” (Feminino, 39 anos, Inspetor de Qualidade)

EG19 – “Ah sim, com certeza...porque eu gosto muito de estudar, gosto de coisas novas e agora no momento não estou fazendo nenhum, mas eu gosto muito.” (Feminino, 36 anos, Inspetor de Qualidade)

Logo abaixo, apresenta-se as respostas obtidas em referência à percepção, por parte dos egressos, sobre o estímulo para continuidade aos estudos após realização do curso do PRONATEC. Nota-se que o curso realizado incentivou, de alguma forma, a continuidade dos estudos da maior parte dos concluintes.

Gráfico 9 – O curso de alguma forma lhe incentivou a continuar estudando?



Considerando a **autoestima** dos alunos, alguns relatos demonstraram a importância do Programa perante esta questão, fazendo com que esses alunos tivessem uma nova percepção em relação a se sentirem melhores consigo mesmos e mais confiantes.

EG8 – “Melhorou muito minha autoestima, mas eu não fui atrás de emprego. Eu sou agente de saúde durante o dia e a noite eu queria fazer um curso pra ocupar mais. Eu gostei...Procurei outros cursos depois, sim, sim.” (Feminino, 41 anos, Inspetor de Qualidade)

EG17 – “Melhorou minha autoestima sim, porque eu pude conhecer novas pessoas, me relacionar, passar conhecimento e absorver conhecimento também, foi legal né.” (Feminino, 37 anos, Inspetor de Qualidade)

Além disso, destaca-se como fator para o PRONATEC ter contribuído para atingir um novo aspecto, visto que muitos entrevistados **estavam fora de sala de aula** há algum tempo. Com o curso realizado, despertou-se nos alunos uma nova oportunidade de aprendizado, porque a maioria deles desconhecia ou sabia muito pouco a respeito dos cursos oferecidos na instituição e durante o período do curso puderam se familiarizar com o tema e, segundo depoimentos foram encorajados pelos professores a prosseguir nos estudos posteriormente.

EG12 – “Contribuiu sim, com certeza. Porque eu estava parada e fez como que eu me atualizasse e me estimulou.” (Feminino, 33 anos, Inspetor de Qualidade)

EG18 – “Sim, eu até queria saber se tem outros cursos...Com certeza, porque a gente aprende mais coisas, a gente evolui muito mais, em casa a gente fica

parada com a mente vazia, tinha muitas matérias interessantes, trabalhava a nossa mente, pra realidade de hoje em dia.” (Feminino, 39 anos, Auxiliar de Recursos Humanos)

EG21 – “Contribuiu muito, muito mesmo, através dele eu estudando qualidade, eu fiz outros cursos, especializações e agora estou tentando minha formação em *coaching*, nessa área mesmo...”(Feminino, 44 anos, Inspetor de Qualidade)

A questão social, conforme o enfoque da política pública de qualificação, é vista como uma das formas de afirmar o trabalhador, transformando-o em um protagonista buscando ser mais competitivo no mercado de trabalho. Isto porque terá melhores propostas de salário e capacidade de conseguir empregos com mais facilidade. Para isso, pode-se entender a qualificação como social, na medida em que ela possui como missão dar ao trabalhador a capacidade de obter renda por conta própria, sem a necessidade de assistências sociais. Tudo isto em conjunto permite que esse trabalhador consiga crescimento social, permitindo a fuga da vulnerabilidade e passando a fazer parte da população economicamente ativa.

Em síntese foi percebido a importância do Programa em se falando de estimular a continuidade dos estudos por parte dos egressos. Mas, não somente essa contribuição, como também a melhora da autoestima e também a oportunidade de vivenciar, outra vez, o clima de sala de aula na vida deles.

8 CONCLUSÃO, RECOMENDAÇÕES E PRODUTO TÉCNICO

O presente estudo voltou-se a analisar o PRONATEC com base na empregabilidade dos egressos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, campus Igarassu. Dentro do ciclo de uma política pública, o estágio de análise almeja comparar a realidade a um padrão almejado, considerando a eficácia no atendimento dos objetivos propostos (COHEN; FRANCO, 2013).

Dentre os 16 *campi* do IFPE distribuídos pelo estado de Pernambuco, delimitou-se nesta pesquisa pelo *campus* Igarassu e o recorte temporal entre 2014 e 2018. Como forma de obtenção dos dados a serem analisados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que procuraram estabelecer a relação entre o curso realizado no PRONATEC e o emprego, ou seja, se o curso contribuiu de alguma forma para a inserção dos egressos no mercado de trabalho. Ao todo, foram entrevistados 21 egressos, todos residentes da cidade de Igarassu-PE e as entrevistas foram realizadas através de contato telefônico.

Através das entrevistas, percebeu-se que quase a totalidade dos egressos avaliou de forma positiva os cursos, demonstrando plena satisfação com a qualidade oferecida, nível de conhecimento dos professores e eficiência da equipe administrativa.

Notou-se que grande parte dos sujeitos pesquisados procurou emprego na área em que foram qualificados, mas não obtiveram sucesso. Muitos alegaram que a crise econômica influenciou na não obtenção do emprego, como também a falta de experiência ou a idade, seja ela baixa ou elevada. Com relação à economia, ratifica-se neste trabalho que a mesma apresentou números de recessão no período da pesquisa, conforme demonstrado através do PIB e da taxa de desemprego, confirmando a opinião dos egressos em que a economia não contribuiu para a empregabilidade dos mesmos.

Como ponto negativo demonstrado pelos egressos, aponta-se a questão da carga horária insuficiente para um aprendizado satisfatório. As expectativas geradas pelo curso fazem com que o participante pense que concluirá o mesmo com um nível de aprendizado suficiente para atuar no mercado de trabalho. Mas, não há a possibilidade desse egresso dominar qualquer área com carga horária dos cursos FIC oferecidos pelo campus. Constata-se isso, como por exemplo, no curso de Inspetor de Qualidade, onde o máximo que terão são noções da profissão, o que causa decepção nos participantes que não conseguem agregar no currículo a formação recebida como sendo um diferencial.

Porém, em termos sociais, os resultados mostram que o PRONATEC tem um efeito muito importante na vida pessoal dos alunos que realizam os cursos, especialmente para os beneficiários de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que passaram a ter, pela primeira vez, a oportunidade de fazer um curso de qualificação profissional fornecido pelo governo.

Limitações do estudo: trata-se de um estudo de caráter descritivo e exploratório, em termos de metodologia e com os sujeitos da pesquisa limitados à cidade de Igarassu-PE. As entrevistas foram realizadas através de contato telefônico diante da impossibilidade da realização pessoalmente, sendo esta uma das principais dificuldades encontradas em função de alguns egressos estarem com números de telefone desatualizados.

Facilitadores do estudo: a principal facilidade encontrada foi a receptividade dos egressos em participar da pesquisa envolvendo o PRONATEC, em função da elevada satisfação pelo curso e além disso, houve a compreensão de que o estudo seria de grande importância para o IFPE e para eles mesmos, no momento em que iria propor mudanças na política pública com o intuito de beneficiá-los em futuros cursos ofertados. Ademais, a chance de serem ouvidos também contribuiu para uma entrevista mais produtiva e sem receios.

Produto técnico: como sugestão, em nível de eventuais intervenções ou ações institucionais referentes à política e considerando a natureza propositiva do Mestrado Profissional, sugere-se que sejam realizadas, por parte dos órgãos gestores, parcerias com empresas regionais visando a contratação destes profissionais recém qualificados. Para isso, foi proposto, como produto técnico desta pesquisa um convênio, apresentado no apêndice B através de uma minuta, celebrado entre o Instituto Federal de Pernambuco e as empresas dispostas a contratar os estudantes como forma de estágio profissional, visando oferecer uma qualificação completa aos egressos, englobando a teoria e a prática. Além disso, o estágio profissional minimizaria o problema muito apontado pelos egressos nas entrevistas, que foi a falta de experiência para ingressar no mercado de trabalho.

Considerando o tipo de curso ofertado pelo IFPE, seria interessante buscar oferecer os cursos técnicos propostos pelo PRONATEC, que possuem uma carga horária mais elevada, em detrimento dos cursos FIC. Tal sugestão se dá em virtude do principal ponto negativo apontado pelos egressos, relacionado à baixa carga horária dos cursos FIC.

Considerando futuras pesquisas, propõe-se estudar com egressos de outros *campi* e outras instituições, sob a ótica da empregabilidade, com a finalidade de buscar análises

comparativas e verificar possíveis semelhanças nos fatores críticos e que incorporem variáveis não contempladas no presente estudo. Ademais, sugere-se realizar uma pesquisa com o enfoque na empregabilidade dos egressos dos cursos técnicos regulares do IFPE Campus Igarassu, desse modo será excluído o ponto negativo da carga horária, podendo ser comparada a empregabilidade dos egressos de cursos FIC com a empregabilidade dos egressos de cursos regulares, com o intuito de buscar diferenças entre esses sujeitos. Sendo assim, esse trabalho poderá contribuir não só teoricamente, mas também efetivamente no aperfeiçoamento das políticas públicas de qualificação profissional.

Em linhas gerais, os resultados alcançados neste trabalho contribuem para o aquecimento do debate sobre o PRONATEC e sua eficácia perante o seu público-alvo. Ademais, este estudo buscou agregar novos conhecimentos sobre a política pública estudada, sendo esta carente de maiores estudos, sobretudo quando se fala em empregabilidade e egressos.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, E. N.; MACUCH, R. da S. **Influência do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego – PRONATEC – na formação do aluno do ensino médio das escolas públicas de Maringá/PR.** Revista Cesumar, 2018.
- ARRETCHE, M. T. da S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: MOREIRA, Maria Cecília Roxo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Orgs.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais.** São Paulo: IEE/PUCSP, p. 43-55. 2001.
- AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação.** In: SANTOS JR., Orlando A. et al. (org.) Políticas públicas e gestão local. Rio de Janeiro: Fase, 2003.
- AZEVEDO, M. A. **Avaliação do programa escola ativa como política pública para escolas do campo com turmas multisseriadas: a experiência em Jardim do Seridó-RN (1998-2009).** Tese de doutorado. Natal, UFRN, 2010.
- BALASSIANO, M. SEABRA, A. A. LEMOS, A.H **Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano?**Revista de Administração Contemporânea, 2005.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.
- BARRADAS, A. M. da S. **Fábrica PIPMO: uma discussão sobre política de treinamento de mão-de-obra.** Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1986.
- BASSO, C. **Os desafios na educação profissional: perspectivas de estudantes em cursos técnicos do PRONATEC no SENAI/SC.** Paraná, 2015.
- BONAFONT, L.C. **Redes de políticas públicas.** Madri: Centro de investigaciones Sociológicas, 2004.
- BRASIL. **Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909.**Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro, 23 de set. 1909.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937).** Rio de Janeiro, 10 de nov. 1937a.
- BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. **Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.** Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 13 de jan. 1937b.
- BRASIL. Decreto nº 4.127 de 25 de fevereiro de 1942. **Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial.** Rio de Janeiro, 25 de fev. 1942.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de dez. 1961.

BRASIL. Decreto nº 53.324 de 18 de dezembro de 1963. **Aprova o Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra Industrial e dá outras providências**. Brasília, em 18 de dez. 1963.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 de ago. 1971.

BRASIL. Decreto nº 70.882, de 27 de julho de 1972. **Dispõe sobre o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra - PIPMO e dá outras providências**. 27 de jul. 1972.

BRASIL. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. **Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, em 30 de jun. 1978.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, p. 292, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, 8 de dez. 1994.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de dez. 1996.

BRASIL. Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 17 de abr. 1997a.

BRASIL. Ministério do Trabalho/SEFOR. **Plano Nacional de Educação Profissional: guia de planejamento e execução**. Brasília, 1997b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 16/99. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília, 05 de out. 1999a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Guia do Planfor 1999-2002**. Brasília, 1999c.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). **Guia do PLANFOR 2000**. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Qualificação. Resolução CODEFAT nº333**, Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. **Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Diário Oficial da União. Brasília, 18 de nov. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, 29 de dez. 2008.

BRASIL. Ministério da educação. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 03 de jan. 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação. **PRONATEC.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 12 fev. 2020b.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de out. 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.721 de 16 de abril de 2012. Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de cento e sessenta horas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de abr. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.816, de 05 de junho de 2013. Altera as Leis nos 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que as bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do PRONATEC, não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeito do imposto sobre a renda; 8.212, de 24 de julho de 1991, para alterar as condições de incidência da contribuição previdenciária sobre planos educacionais e bolsas de estudo; e 6.687, de 17 de setembro de 1979, para permitir que a Fundação Joaquim Nabuco ofereça bolsas de estudo e pesquisa; dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na aquisição de veículos para o transporte escolar; e permite que os entes federados usem o registro de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em ações e projetos educacionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 de jun. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 de dezembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **PRONATEC -Rede Federal de EPCT (PDA/MEC 2016/2018).** Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/mec-PRONATEC-epct>>. Acesso em: 26 jul. 2017a.

BRASIL. Senado Federal. Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Relatório de Avaliação de Políticas Públicas do PRONATEC**. Brasília-DF, 2017b.

BRASIL. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Relatório de avaliação da execução de programa de governo**. Nº 79. Apoio à formação profissional, científica e tecnológica. Brasil. 2018.

BRASIL. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal Transparência. Disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/programas-de-governo/14-pronatec?ano=2019>. Acesso em 18/01/2020.

CAMPOS, K. C. de L. **Construção de uma Escala de Empregabilidade: competências e habilidades pessoais, escolares e organizacionais**. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 153, 2006.

CAMPOS, K. C. L., Rueda, F. J. M., Martins, L. J., Mancini, C. C., Ghiraldelli, C. & Fumache, R. D. **Conceito de Empregabilidade na visão de alunos de Psicologia**. Em Anais do III Congresso Norte-Nordeste de Psicologia (p. 422-23) João Pessoa - PB. 2003

CASSIOLATO, M. M.; GARCIA, R. C. (Orgs). **PRONATEC: Múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2014.

CÊA, G. S. dos S. **A qualificação profissional como instrumento de regulação social: Do PLANFOR ao PNQ**. 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/t099.pdf>> Acesso em 10 de janeiro de 2020.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

COSTA NETO, A. F. **O programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC) e as demandas do capital para a classe trabalhadora**. 2016. 81f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

DEITOS, M. L. M. S. **As políticas públicas de qualificação de trabalhadores e suas relações com a inovação tecnológica na indústria brasileira**. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DIAS, A. S. C. **Um estudo sobre a situação profissional de egressos de cursos do PRONATEC no mundo do trabalho**. Dissertação de mestrado. Centro Universitário UMA. Belo Horizonte-MG. 2017.

DOMINGUES, M. do A. C. **PRONATEC: um estudo com egressos no litoral do Paraná**. 2016. 184 f. Dissertação de mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

DOMINGUES, M. do A. C. **PRONATEC: um estudo com egressos no litoral do Paraná**. Revista Científica Interdisciplinar - Instituto Federal do Paraná - IFPR Paranaguá, vol. 2, n. 1. jun., 2017.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; Maria do Carmo Brant de

CARVALHO (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

FREY, K. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas (IPEA), Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GALLINDO, Erica L.; FERES, Marcelo M.; SCHROEDER, Nilva. O Pronatec e o Fortalecimento das Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. In: MONTAGNER, Paula; MULLER, Kuis Herberto. **Inclusão Produtiva Urbana: o que fez o Pronatec/BolsaFormação entre 2011 e 2014**. Cadernos de Estudos Nº 24 – “Desenvolvimento Social em Debate”. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério da Educação (MEC), 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Resultados do Sistema de Contas Regionais Pernambuco**. Disponível em: http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=20011&folderId=143166&name=DLFE-412402.pdf. Acesso em 10/01/2020.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno CEDES**. Campinas, n. 55, nov. 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro, 1995.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PIB**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em 15 de jan. 2020.

IFPE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Recife, 2015a.

IFPE. **O Campus**. Disponível em <<https://portal.ifpe.edu.br/campus/igarassu/o-campus>>. 2015b. Acesso em 10 de janeiro de 2020

IFPE. Institucional. Disponível em <<https://portal.ifpe.edu.br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acesso em 29 nov. 2019.

KINGDON, John. **Juntando as coisas**. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). Políticas públicas: Coletânea – vol. 1. Políticas públicas. Brasília: ENAP, p. 225-46, 2006.

KUENZER, A. **A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão**. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 96, Especial, p. 877-910, out. 2006.

LIMA FILHO, D. L. Educação técnica e educação tecnológica. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

LORDELO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. M. A importância dos estudos com egressos na avaliação de programas. In.: **Estudos com estudantes egressos: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas**. Salvador: EDUFBA, p. 15-21. 2012.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, vol. 4, p. 1-18, 1978.

MANFREDI, S.M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MCLAUGHLIN, M. Assessing Employability Skills. Canadá: Eric Digest Information Analysis, 1995.

MENDONÇA, I. C. **A política pública de qualificação social e profissional: uma análise da percepção dos gestores responsáveis pela implementação do PNQ em MG**. 2008. Monografia (Graduação em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2008.

MERHI, D. **40 + 2 ferramentas e técnicas de gerenciamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org.). (2001). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes. 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOREIRA, H. **Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro, 2006.

MORETTO, A. J. **O sistema Público de Emprego no Brasil: uma construção inacabada**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, SP: 2007.

MOROSINI, M. C. **Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade**. Interface Comunicação, Saúde, Educação, vol. 5, n. 9, p. 89-102, 2001.

NEGROMONTE, J. S. **A construção do sistema público de trabalho, emprego e renda: a experiência internacional, os desafios do Brasil e o papel do Governo de Minas Gerais**. 2011. Monografia (Graduação em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2011.

NEVES, Lucília de Almeida. **Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)**. In.: FERREIRA, J.(org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

OLIVEIRA, M. R. N. S. **Mudanças no mundo do trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o ensino médio (Resolução CNE 03/98). Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica**. Educação e Sociedade, Campinas, n. 70, p. 40-62. 2000.

OLIVEIRA, R. de. **A (Des)qualificação da Educação Profissional Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

PÁDUA, Elizabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas: Papyrus, 2000.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

RAMOS, C. A. **Políticas de geração de emprego e renda: justificativas teóricas, contexto histórico e experiência brasileira**. Texto para Discussão nº 277. Brasília: Universidade de Brasília – Departamento de Economia, 2003.

RUA, M.G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M.G; CARVALHO, M. I. V. (org.). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Coleção Relações Internacionais e Política. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUA, M. G.; ROMANINI, R. **Para Aprender Políticas Públicas. Conceitos e Teorias**. Brasília: IGEPP, vol. 1, 2013.

SETUBAL, N. Gastamos bilhões no PRONATEC sem avaliar o programa. **Revista VEJA**. Caderno Educação. São Paulo, 12 de dez. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/educacao/gastamos-bilhoes-no-PRONATEC-sem-avaliar-o-programa/>>. Acesso em: 14 de jul. 2017.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**. Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, n.16. Porto Alegre, jul./dez. 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo – SP: Atlas, 1987.

WIKIPEDIA. Empregabilidade. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki>>. Acesso em 20 de dezembro de 2019a.

WIKIPEDIA. **Igarassu**. Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Igarassu>>. Acesso em 06 de set. 2019b.

VALADARES, M. C. B. **Planejamento Estratégico Empresarial**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com os Egressos

1. Quais os motivos que o(a) levaram a fazer um curso do PRONATEC? Você já conhecia o Programa?
2. Quando você começou o curso, quais eram suas expectativas? Elas foram atendidas?
3. Apresentou alguma dificuldade no decorrer do curso? Pensou em desistir do curso? Porque?
4. Para você, o que significou ter feito curso do PRONATEC? Foi bom ou ruim ter feito?
5. Você chegou a procurar trabalho na área que estudou após o término do curso?
Não: Porque?
Sim: E o que aconteceu?
6. O curso que você fez ajudou (foi um diferencial) para conseguir um emprego na área do curso?
7. O curso de alguma forma lhe incentivou a continuar estudando? Contribuiu para você se sentir melhor?
8. Qual sua opinião sobre o curso de uma forma geral? (Professores, disciplinas, estrutura, avaliações...) Pontos negativos e positivos.

APÊNDICE B – Minuta de Convênio entre o IFPE e as Empresas

CONVÊNIO DE ESTÁGIO PROFISSIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX

O **Instituto Federal de Pernambuco - IFPE**, Instituição de Ensino, sob forma de Autarquia Federal criada pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, com sede à Avenida Prof. Luís Freire, 500, Cidade Universitária, Recife-PE, inscrita no CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominado **IFPE**, sendo neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, Prof. Dr. **xxxxxxxxxx**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG xxxxxxxxxxxx e do CPF xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado à Rua xxxx, nº. xxxx, bairro - cidade – estado, CEP xxxxxxxxxxxx e a **EMPRESA** sediada(a) no(a) endereço, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx doravante denominada **XXXXXX**, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Estado Civil, Profissão, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxx, nº xx, Cidade, Estado, CEP xxxxxxxxxxxx, portador do RG xxxxxxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxxxx, resolvem estes celebrar o presente Convênio, sujeitando-se, no que couber, à Lei nº. 8.666/1993, bem como em atendimento ao disposto na legislação específica de estágio: Lei 11.788/2008 e, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objetivo formalizar as condições básicas para a realização de estágio profissional mútuo de complementação educacional entre o **IFPE** e a **EMPRESA** aos alunos regularmente matriculados e que concluíram as disciplinas teóricas dos cursos do **PRONATEC no IFPE**.

O estágio profissional é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma e entendido como uma estratégia de profissionalização, que complementa o processo Ensino -Aprendizagem.

§ 1º. As Empresas nos termos da legislação em vigor, dentro de sua capacidade e necessidade, concederá Estágios a Estudantes regularmente matriculados nos cursos do **PRONATEC ofertado pelo IFPE**.

§ 2º. O estágio profissional, além de integrar o itinerário formativo do educando, visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, visando ao desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

§ 3º. Somente poderão ser aceitos estudantes de cursos cujas áreas de formação estejam

relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelas **Empresas**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO TERMO DE COMPROMISSO

A realização do estágio profissional dependerá de prévia formalização, em cada caso, do competente **TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO PROFISSIONAL PARA COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL** entre o **IFPE**, a **Empresa** e o **Estagiário**.

Do termo de compromisso constará:

- a) Identificação do estagiário, do curso e seu nível (fundamental, médio, superior);
- b) Qualificação e assinatura dos subscreventes;
- c) As condições do estágio;
- d) Indicação expressa de que o Termo de Compromisso decorre de contrato ou convênio;
- e) Menção de que o estágio não acarretará qualquer vínculo empregatício;
- f) Valor da bolsa mensal, se houver;
- g) Carga horária semanal compatível com o horário escolar;
- h) Duração do estágio, que será de no máximo quatro semestres letivos obedecido o período mínimo de um semestre;
- i) Obrigação de apresentar relatórios bimestrais e final ao dirigente da unidade onde se realizar o estágio, sobre o desenvolvimento das tarefas que lhe forem cometidas;
- j) Assinaturas do estagiário e responsáveis do **IFPE** e da **Empresa**;
- k) Condições de desligamento do estagiário;
- l) Menção do contrato ou convênio a que se vincula.
- m) Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso.
- n) Termo de compromisso de que trata o art. 3º da Lei nº 11.788/08, com validade de 1 (um) semestre ou 6 (seis) meses, devendo, conforme o caso, ser renovados a cada semestre, sendo obrigatório, para tanto, a apresentação pelo estagiário do comprovante de matrícula para o próximo período letivo com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do término do semestre em vigor.
- o) O descumprimento da presente cláusula caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte **CONCEDENTE** do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES I – OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

- a) Celebrar Termo de Compromisso com a **Empresa** e o educando, zelando por seu cumprimento;
- b) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- c) Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de Conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- d) Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no Termo

- de Compromisso;
- e) Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar Termo de Realização do Estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
 - f) Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
 - g) Enviar à **Empresa**, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.
 - h) Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte **CONCEDENTE** do estágio.

II – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

- a) Celebrar Termo de Compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte **CONCEDENTE**, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- b) Avaliar as instalações da parte **CONCEDENTE** do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- c) Indicar profissional, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- d) Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- e) Zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- f) Elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- g) Comunicar à parte **CONCEDENTE** do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

PARÁGRAFO ÚNICO: No caso de estágio obrigatório, a contratação de seguro contra acidentes pessoais a favor do estagiário será de responsabilidade da Empresa.

CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE ESTÁGIO

O Plano de Estágio, elaborado em comum acordo com o Estagiário, o **IFPE** e a **Empresa**, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

§ 1º. A **CONCEDENTE**, para bem atender à finalidade do presente Convênio, obriga-se a propiciar ao aluno estagiário todas as condições e facilidades para um adequado aproveitamento do estágio.

§ 2º. Caberá ao Centro de Ensino responsável pelo curso do estudante avaliar se o plano de estágio e o Termo de Compromisso estão compatíveis com o plano do curso e com o regular desenvolvimento das atividades acadêmicas.

§ 3º. Nos casos de estágios curriculares caberá ao coordenador do colegiado do curso no qual o aluno está matriculado atestar a compatibilidade da formação do estudante com o estágio oferecido no plano de estágio.

§ 4º. Nos casos de estágios curriculares, o estágio será cancelado também se o(a) estagiário(a) obtiver assiduidade mensal inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista para omês.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECRUTAMENTO DE ALUNOS E DA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Ocorrendo vagas para estágio, a **CONCEDENTE** solicitará formalmente ao **IFPE** o encaminhamento de candidatos a serem submetidos à processo seletivo, em número correspondente a até 02 (duas) vezes o número de vagas. Considerando esse critério, o número de candidatos recrutados será o mesmo em cada **Empresa** conveniada com a **CONCEDENTE**.

§ 1º. O processo seletivo a que serão submetidos os candidatos recrutados será realizado pela **EMPRESA**, segundo critérios que estabeleça o objetivo de melhor atender aos seus requisitos e aos seus interesses.

CLÁUSULA SEXTA – DA JORNADA DE ESTÁGIO

A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre o **IFPE** e a **Empresa**, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do Termo de Compromisso ser compatível com as atividades escolares atendendo o previsto de horas na grade curricular do **IFPE**.

A carga horária do estágio será de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior.

§ 2º. Se a **Empresa** adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no Termo de Compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

§ 2º. O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 30 (trinta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso do **PRONATEC** ofertado pelo **IFPE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO

A duração de estágio será de no mínimo 01 (um) semestre e o período máximo não poderá exceder 01 (um) ano.

CLÁUSULA OITAVA – DA NATUREZA DO ESTÁGIO

- a) A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.
- b) Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral

de Previdência Social.

- c) O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da **EMPRESA**, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º da Lei nº 11.788/08 e por menção de aprovação final.
- d) A realização de estágios, nos termos da Lei nº 11.788/08, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.
- e) Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte **CONCEDENTE** do estágio.

CLÁUSULA NONA – DA CONCESSÃO DE BOLSA

O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório, conforme art. 12. da Lei nº 11788/08.

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor da bolsa a ser pago ao estagiário e a concessão do auxílio-transporte serão definidos no Termo de Compromisso de Estágio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECESSO

É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares. O recesso deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação. Os dias de recesso previstos nesta cláusula serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO

Ocorrerá o desligamento do estudante do estágio obrigatório:

- a) Automaticamente, ao término do estágio;
- b) A qualquer tempo no interesse e conveniência da Administração;
- c) Depois de decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio, se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho no **IFPE**, ou na **Empresa**;
- d) A pedido do estagiário;
- e) Em decorrência do descumprimento de qualquer compromisso assumido na oportunidade da assinatura do Termo de Compromisso;
- f) Pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de cinco dias, consecutivos ou não, no período de um mês, ou por 30 dias durante todo o período do estágio;
- g) Pela interrupção do curso no **IFPE** a que pertença o estagiário;
- h) Por conduta incompatível com a exigida pela Administração.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO CERTIFICADO DO ESTÁGIO

Uma vez atendidas às condições específicas de realização e avaliação de desempenho do estágio, a **EMPRESA** encaminhará ao **IFPE** o certificado de estágio, juntamente com os relatórios bimestrais e final, apresentados pelo estagiário e avaliados pelo supervisor do estágio.

PARAGRAFO UNICO: Não será expedido certificado na hipótese em que o estudante não obtiver aproveitamento satisfatório ou no caso de desligamento antecipado causado pelo estagiário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

A manutenção de estagiários em desconformidade com a Lei nº 11.788/08 caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte **CONCEDENTE** do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata esta Cláusula ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÃO E DENÚNCIA

Este Convênio poderá ser alterado em qualquer de suas cláusulas, mediante Termo Aditivo, bem como denunciado, quaisquer das partes, quando bem lhe convier e ao seu livre critério, poderão dar por findo o presente Convênio, desde que o faça mediante aviso prévio por escrito de no mínimo 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

Por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições poderá a parte prejudicada dar por findo o presente convênio, independentemente de prévia interposição judicial ou extrajudicial, respondendo a parte inadimplente pelos prejuízos ocasionados, salvo hipótese de caso fortuito ou de força maior devidamente demonstrado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao **IFPE**, providenciar, à sua conta, a publicação do extrato deste Convênio de Estágio no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para solução de quaisquer controvérsias porventura oriundas da execução deste Convênio, as partes elegem o Foro da Justiça Federal de Pernambuco, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Estando assim justas e acordes, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença das testemunhas instrumentárias abaixo nomeadas e subscritas.

Recife, _____ de _____ de _____

Reitor – IFPE

Representante Legal da Empresa

TESTEMUNHAS

CPF

CPF